



SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2018

ATA

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018;

1.2 – Leitura do Expediente;

1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2017 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas;

2.3 – Aprovação da Revisão ao Orçamento Municipal n.º 1 e às Grandes Opções do Plano, n.º 1, do ano de 2018;

2.4 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

2.5 – PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro:

2.5.1 – Informação dos Serviços de Recursos Humanos e Saúde Reconhecimento das necessidades permanentes dos Serviços da Autarquia– Aprovação;

2.5.2 – Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018;

2.6 – Proposta de moção de apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, enviada pelo Município de Vila Real — Discussão e deliberação;

2.7 – Contrato de Consórcio – PROVERE “Valorização das Estâncias Termiais da Região Centro” – 2.ª Fase – Aprovação;

2.8 – Adesão do Município de Nelas à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais,

Ex.mo Público,

Muito boa noite.

Vamos dar início à sessão ordinária, de abril, da Assembleia Municipal de Nelas e antes de fazermos a chamada queria informar a Assembleia que o Senhor Deputado Municipal João Alfredo Lopes Ferreira, por motivos profissionais, não pode estar presente hoje e pediu a sua substituição pela Senhora D.ª Isabel Marques Mendes Sampaio, substituição que eu aceitei. Portanto, nesta sessão o Senhor Deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Municipal João Alfredo Lopes Ferreira vai ser substituído pela Senhora D.^a Isabel Marques Mendes Sampaio. Então, passamos à chamada.

(A Senhora Segunda Secretária procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)

A Senhora Segunda Secretária:

- Faltam: Maria Teresa Simões Marques Silva Pinto, Luis Manuel Abrantes Pinheiro, António Fernandes da Costa (veio mais tarde) e João Miguel Guerra Cabral Neves.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Portanto, faltam 4 Senhores Deputados. Estamos presentes 24 Senhores Deputados. Quero informar que a Senhora Deputada Teresa Pinto apresentou justificação de falta, que aceitei. Portanto, neste momento a falta dela está justificada.

Depois da chamada, vamos dar início ao Período Antes da Ordem do Dia com a discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018.

Alguém quer usar da palavra neste ponto? Se ninguém quer usar da palavra, vou pôr à votação. Pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 1.2 – Leitura do Expediente. Como, habitualmente, vou escusar de fazer essa leitura, uma vez que a enviei a toda a gente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail do Senhor Deputado Manuel Henriques, datado de 25 de fevereiro de 2018, solicitando informação acerca das Áreas de Reabilitação Urbana de Nelas, Canas de Senhorim, Caldas da Felgueira e Santar;

- Ofício n.º 1461, datado de 26/02/2018, da Câmara Municipal de Nelas, solicitando a inclusão de mais um assunto na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018;

- Senhor Deputado Frederico Miguel Dias Rodrigues Abrantes Garcia, solicitando a justificação da sua falta à sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018;

- Senhora Deputada Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, solicitando a justificação da sua falta à sessão ordinária de 28 de fevereiro de 2018;

- E-mail, datado de 3 de março de 2018, do Senhor Deputado Manuel Henriques, enviando uma proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Ex.m.º Senhor Dr. João da Cruz Martins Pina;

- E-mail, datado de 02 de abril de 2018, do Senhor Rui Pina, agradecendo o Voto de Pesar pelo falecimento do Ex.m.º Senhor Dr. João da Cruz Martins Pina;

- Canto e Encanto – Associação Cultural – Convite para o Senhor Presidente da Assembleia assistir ao Concerto “Vamos Cantar Mais Uma Primavera”, dia 7 de abril de 2018, pelas 17 horas, na Igreja do SS Salvador de Canas de Senhorim;

- E-mail, datado de 16 de abril de 2018, enviado pelo Senhor José Abrantes – Pedido de esclarecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ofício, datado de 09 de abril de 2018, enviado pela Senhora Deputada Municipal Teresa Silva Pinto – Pedido de esclarecimento à Câmara Municipal referente à empresa Covercar;
- Ofício n.º 2713, datado de 17 de abril de 2018, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para esta sessão da Assembleia Municipal;

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- E-mail, datado de 27 de fevereiro de 2018, enviado à Associação Nacional de Assembleias Municipais, enviando a Ficha de Inscrição do Senhor Presidente da Assembleia, bem como o comprovativo do pagamento de 30,00 euros, para o 2.º Encontro Nacional de Assembleias Municipais;
- Ofício n.º 05/2018, datada de 01 de março de 2018, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 28 de fevereiro de 2018;
- Ofício n.º 06/2018, datada de 02 de março de 2018, enviado à Ex.m.ª Senhora D.ª Clarisse Simões Marques da Silva e Família, enviando um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor António Marques Pereira da Silva;
- Ofício n.º 07/2018, datada de 02 de março de 2018, enviado ao Ex.m.º Senhor André Henriques Nunes Coelho, enviando um Voto de Louvor;
- Ofício n.º 08/2018, datada de 19 de março de 2018, enviado à Ex.m.ª Senhora Dr.ª Maria Efigénia Silveira Correia Martins e Família e ao Ex.m.º Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, enviando um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Dr. João da Cruz Martins Pina;
- E-mail, datado de 09 de abril de 2018, enviado ao Senhor Membro da Assembleia, Dr. Manuel Alexandre Henriques, em resposta ao seu pedido de informação referente às Áreas de Reabilitação Urbana;
- Ofício n.º 09/2018, datado de 17 de abril de 2018, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão extraordinária, comemorativa do dia 25 de abril de 2018;
- Ofício n.º 10/2018, datado de 18 de abril de 2018, enviado aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 27 de abril de 2018.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pergunto: alguém quer algum pedido de esclarecimento? Se não, passamos ao ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia” de interesse para o Município.

Pergunto: alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Manuel Henriques, Senhora Deputada Maria João, Senhor Deputado António Sousa, Senhor Deputado Rui Costa. Mais ninguém? Estão inscritos apenas 4 Senhores Deputados. Agradecia a quem se quiser inscrever neste ponto se inscrevesse já para poder distribuir o tempo. O Período de Antes da Ordem do Dia tem uma hora, portanto, 10 minutos a cada um no máximo. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Boa noite,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal,
Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhora Vice-Presidente,
Senhores Vereadores,
Estimável Público.

Na Assembleia Municipal que nos traz hoje aqui, queria tocar em meia dúzia de assuntos.

O primeiro, para parabenizar a boa carreira que o Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, o Sport Lisboa e Nelas e o Sporting de Santar fizeram no seu escalão distrital de futebol de Viseu. O Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim foi promovido ao escalão seguinte, o que é sempre de louvar numa altura de muita dificuldade para estas associações desportivas.

Queria também dar nota de alguns aspetos. Relativamente às condições dos arruamentos e vias aqui no Concelho. Está à vista de todos que o rigor do Inverno não veio ajudar em nada as condições que temos neste momento.

Eu destacaria pela negativa, até pela importância desse eixo, a Variante à Estrada Nacional n.º 234, pelo volume que tem e que está numa situação muito complicada, dá uma péssima imagem do Município a quem nos visita, inclusivamente, investidores.

Eu penso que o Município, neste caso o Senhor Presidente da Câmara, deveria verificar da possibilidade de alguma intervenção com caráter de urgência, porque não é só uma questão de segurança rodoviária, também é uma questão de imagem.

Eu poderia destacar muitas outras vias, mas parece-me que esta é relativamente prioritária face aos eixos económicos aqui no Concelho.

Depois, queria abordar outros assuntos. Queria também, em primeiro lugar, falar de um assunto que abordei na última Assembleia Municipal, que é o caso dos terrenos da Companhia Portuguesa dos Fornos Elétricos. Vou pedir expressamente ao Senhor Presidente que faça um esclarecimento da situação. Tive conhecimento que houve, esta semana, uma reunião com as Entidades Ambientais e de Ordenamento do Território que estão a acompanhar a situação.

Outro ponto que me parece negativo e vou também pedir ao Senhor Presidente da Câmara que me esclareça, é que, efetivamente, até os passivos ambientais estão longe de estar medidos e serem conhecidos nesta altura. Ora, isto atira-nos para uma situação de grande imprevisibilidade no cumprimento de uma promessa eleitoral.

Parece que há aqui um ponto prévio, que é uma avaliação ambiental que, de facto, resolva os problemas que estão identificados e os que não estão identificados.

Eu, parece-me que seria muito importante, até à próxima Assembleia Municipal, conhecermos mais sobre este assunto, que custos é que estão envolvidos, para se perceber, exatamente, em que é que o Município se está a meter neste assunto.

De todo o modo, não deixo de sublinhar politicamente a gravidade de um assunto que foi anunciado como concretizado e, neste momento está muito longe disso. Vamos acompanhar com muita atenção. O CDS vai dedicar a este assunto muito tempo porque, efetivamente, não é só a questão estratégica, a questão de planeamento, é uma questão política de primeiríssima ordem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Queria também tocar no ponto Covercar. É um tema que já foi ontem a reunião de Câmara, muito discutido. O que é que há de novo para dizer sobre isto?

Em primeiro lugar, eu penso que o Município tem estrutura, tem staff, tem Quadros para ter uma resposta mais rápida, uma comunicação mais bem-feita. Parece-me inadmissível, estarmos um mês, esperamos até à reunião de Câmara de ontem para se saber qualquer coisa sobre a posição oficial do Município sobre este assunto.

Não pode ser. E não é porque os Deputados da Oposição, ou os Partidos Políticos fazem ruído à volta disto. Se fazem, fazem muito bem. Fazem muito bem. É um assunto muito importante.

O Município investiu aqui para cima de meio milhão de euros em infraestruturas. Há aqui postos de trabalho que estão envolvidos. Há ruído na Comunicação Social. E aqui, como digo, não são os Partidos Políticos que são, digamos, quem deve ver as suas questões respondidas, é o interesse do Município.

O CDS/PP, legitimamente, como Membro, de pleno direito do Executivo, propôs na reunião de Câmara de ontem que fossem prestados esclarecimentos mais personalizados pelo investidor da Covercar. Parece-me totalmente legítimo. Os Vereadores Manuel Marques e Júlio Fernandes, são Membros de pleno direito do Executivo, tanto como o Senhor Presidente, tanto como a Senhora Vice-Presidente e os Vereadores. Parece-me, perfeitamente, adequado naquele contexto.

Não gostei, efetivamente, de ver alguma resistência a isso, mas parece-me que é adequado, sobretudo devido ao silêncio de um mês sobre este assunto.

Como Membro da Assembleia Municipal gostaria, sinceramente, e aqui peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que nos fosse facultado, com a brevidade que for possível, o protocolo celebrado com a Covercar, pois que também pretendemos acompanhar com algum interesse este assunto, sempre construtivamente, sempre na defesa dos Trabalhadores, sempre na defesa do setor empresarial do Concelho e sem entrar em polémicas estéreis sobre o assunto.

Queria também tocar aqui num ponto ao Senhor Presidente da Câmara. Eu sei que o tema da reabilitação urbana é um tema que o preocupa, embora não necessariamente, digo eu, num aspeto que lhe vou focar. Depois da última Assembleia Municipal, eu pedi e foi respondido pelos Serviços, questionei quantos pedidos de benefício fiscal tinham entrado nos Serviços desde meados de 2017, altura em que foram aprovadas as ARU,s de Nelas, Canas de Senhorim, Caldas da Felgueira e Santar.

E isto não é de somenos importância porque, boa informação para os Municípios, representa a informação que eles precisam para, nos seus processos de obras, beneficiarem destes benefícios fiscais. Estou a falar de IVA a 6%. Estou a falar de isenção de IMI. Estou a falar de isenção de IMT. Não são coisas de somenos.

O que eu verifico é que, e isto é uma crítica construtiva, volto a sublinhar, a informação aos Municípios é variada sobre muitos temas, e este tema, que é nuclear, que é um tema da maior atualidade, num Município como o nosso que, não só nas aldeias tem tanto edifício degradado, inclusivamente, nas localidades maiores, como Nelas e Canas de Senhorim.

Eu gostava de ver o Município a investir na informação, a fazer flyers, a usar o site institucional com esta informação, porque, se calhar, temos lá um processo atualmente, e se calhar tínhamos 20, ou 30, porque edifícios nestas circunstâncias de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

serem reabilitados, em mau estado de conservação, são rapidamente elegíveis para ter estes benefícios.

Acho que aqui o Município podia fazer muito mais com pouco. Acho que está muito incipiente esta situação e pode ser melhorada. Como digo, isto é uma crítica construtiva. Para mais, este é um regime que está em vigor desde 2012 na sua atual forma mais ousada em termos de benefícios fiscais.

Queria também dar nota de uma situação que me chegou hoje, que eu não sei, exatamente, se será da competência da Câmara, se da Junta de Freguesia, que é o Parque Infantil da Urgeiriça que está com umas condições de segurança, digamos, precárias, e eu pedia aos Serviços da Câmara se pudessem verificar se, efetivamente, eles estão utilizáveis. Haverá outras situações, mas esta chegou-me hoje e não podia deixar de reportar.

Queria também dar nota de uma situação que gostaria de ver esclarecida pela Senhora Vice-Presidente, que também me dera nota, efetivamente, de uns problemas na distribuição de fruta aos alunos das Escolas do Concelho. Efetivamente, queria ver este assunto esclarecido, o que é que falhou, porque é que houve estas reclamações dos pais, acho que era do interesse de todos os Membros da Assembleia esta situação.

Queria também dirigir ao Senhor Presidente da Câmara Municipal uma questão sobre as competências das Juntas de Freguesia. Tenho falado com alguns Presidentes de Junta e outros Membros dos Executivos e das Assembleias, havia alguma expectativa, fruto da promessa eleitoral, de haver uma transferência significativa de recursos para as Juntas de Freguesia porque isto, a descentralização também é cá dentro e as verbas também são descentralizadas cá dentro, gostaria de saber quais são as ideias do Executivo sobre este ponto. Que planeamento é que tem? Quando é que iniciaremos, no fundo, esta transferência objetiva?

Posto isto, tenho apenas mais um tema. Um tema até de cidadania. Tivemos aqui uma participação bastante entusiasmada por um Município nas últimas sessões, o Senhor José Armando de Loureiro Abrantes. Eu comprometi-me com ele, porque achei que era uma iniciativa meritória, a apresentar uma moção que vou submeter à votação da Assembleia relativamente às transmissões vídeo/áudio das Assembleias Municipais.

Então, basicamente, a moção é esta, que pedia ao Senhor Presidente que depois submetesse à votação:

“Na Assembleia Municipal ordinária realizada no passado dia 28/02/2018, no período de intervenção do público, foi colocada a questão da admissibilidade de serem feitas transmissões vídeo/áudio das sessões públicas desta Assembleia.

O Município José Armando de Loureiro Abrantes formalizou, nessa data, uma proposta desse teor junto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A petição foi inferida – Ofício n.º 11/2018, de 24/04/2018, por não se enquadrar no Regimento aprovado pela Assembleia Municipal em dezembro último.

O CDS/PP tem simpatia, de princípio, com a proposta do Município José Armando de Loureiro Abrantes pois a mesma conduzirá a uma maior publicidade das sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal, valorizando a sua atividade e promovendo a aproximação entre eleitos e eleitores.

Neste contexto propõe à Assembleia Municipal que delibere favoravelmente o seguinte, em dois pontos distintos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

1. Que mandate o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, a solicitarem em nome desta Assembleia um parecer técnico aos Serviços da Câmara Municipal sobre a viabilidade técnica e financeira de ser iniciada a transmissão em direto das reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal, bem como do respetivo prazo para operacionalização destas transmissões e também da viabilidade da sua disponibilidade online no portal do Município, juntamente com as atas;

2. Que a Mesa da Assembleia Municipal partilhe, até à próxima reunião ordinária o referido parecer técnico para, se favorável, permitir aos Ex.mos Senhores Membros da Assembleia proporem alterações ao Regimento que garantam, no estrito cumprimento da Lei, a efetivação desta medida.

Nelas, 27 de abril de 2017.

Os Membros da Assembleia Municipal: Bruno Pina; Manuel Alexandre Henriques; Luís Santos e Maria José Figueiredo Paiva e Sousa Cabral.”

Senhor Presidente, terminei.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Em relação a esta moção, quero dar um esclarecimento.

Relativamente à moção e ao ponto que me diz respeito, que são as transmissões áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal, consultada a Lei n.º 75/2013, o Regimento da Assembleia Municipal e a Lei de Direito de Petição, verificou-se que a petição apresentada não é legítima. A Lei n.º 75/2013 é bem clara nas formas de publicitação das sessões da Assembleia e da intervenção do Público, inclusivamente reserva ao Público um Período para intervir e, nesses termos, consultada a Lei, achámos que não é legítima a pretensão do Senhor Município que pede a transmissão áudio e vídeo.

Nestes termos, informei-o que de acordo com a Lei, a petição era, liminarmente indeferida, que é o que está previsto na Lei.

Admitindo a hipótese de se poder vir a enquadrar, isso implicava uma alteração do Regimento da Assembleia. Segundo a Lei o Regimento é elaborado e aprovado pelos Membros da Assembleia e não por qualquer Município que ache que pode alterar o Regimento da Assembleia, porque se não, qualquer dia, toda a gente tinha o direito de alterar o Regimento da Assembleia, o Regimento da Câmara e se calhar, até o Regimento da Assembleia da República. Isto não é viável.

Portanto, a posição da Mesa é esta. Compulsada a Lei, achamos que não há lugar à aprovação da petição apresentada. E, por isso, indeferimo-la liminarmente.

A proposta agora vem num sentido de pedir à Assembleia que pergunte aos Serviços Técnicos se tem condições. Não me parece oportuno, uma vez que a Mesa admite que não é, sequer, legítima essa pretensão. Portanto, se não é legítima a pretensão muito menos legítimo é pedir aos Serviços se tem, ou não tem, condições.

Isto é a posição da Mesa.

Quem quer usar da palavra? Os senhores deputados Sousa e Rui Costa.

Senhor Deputado Sousa faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu, primeiro, pedia que me lesse outra vez a moção porque é difícil. Não trouxe nenhuma cópia, pois não? Porque há aí qualquer coisa, há aí um pormenor que me escapou. Sim, só a parte da deliberação.

O Senhor Presidente da Assembleia leu:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- “Neste contexto propõe à Assembleia Municipal que delibere favoravelmente o seguinte:

1. Que mandate o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, a solicitarem em nome desta Assembleia um parecer técnico aos Serviços da Câmara Municipal sobre a viabilidade técnica e financeira de ser iniciada a transmissão em direto das reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal, bem como do respetivo prazo para operacionalização destas transmissões e também da viabilidade da sua disponibilidade online no portal do Município, juntamente com as atas;

2. Que a Mesa da Assembleia Municipal partilhe, até à próxima reunião ordinária o referido parecer técnico para, se favorável, permitir aos Ex.mos Senhores Membros da Assembleia proporem alterações ao Regimento que garantam, no estrito cumprimento da Lei, a efetivação desta medida.”

O Senhor Deputado António Sousa:

- Eu não tenho nada contra os estudos. Realmente, não tenho nada contra os estudos. Agora, parece-me que isto é uma elipsezinha, porque eu até ouvi um argumento, outro dia, de que, se na Assembleia da República é transmitido, aqui também.

A Assembleia da República tem um Gabinete próprio só para tratar as imagens, só para tratar o que é emitido e o que não é emitido.

Eu, mesmo, tenho algumas dificuldades em ver que os Serviços Técnicos da Câmara possam fazer este estudo. Talvez tenham de encomendar fora porque isto não é pôr ali uma maquinazinha a filmar, ou pôr um telemóvel e estar a transmitir para fora. Isto tem algumas regras. Não é fácil. E essas regras, antes desse estudo, essas regras deviam estar definidas e deviam estar definidas pela própria Assembleia antes deste estudo, porque nós estamos a pedir um estudo de uma coisa que não se sabe bem o que é que se quer. Se é possível transmitir.

Agora, acho que, tem de ser primeiro a Assembleia a discutir e depois a propor e depois fazer o estudo.

Mas, primeiro balizar, se exige um técnico de imagem, se exige um misturador, quer dizer, é uma quantidade de coisas, e essas balizas devem ser definidas primeiro pela Assembleia.

Eu nem conheço isso, por não conhecer é que tenho algumas dúvidas que até os próprios Serviços tenham capacidade para fazer este estudo, principalmente de uma maneira tão lata como a que nos está a ser pedida.

Eu propunha até que o Senhor Deputado talvez retirasse esta moção e talvez, em vez dela, propusesse a criação de uma Comissão da Assembleia que possa fazer, pelo menos balizar algumas coisas, balizar alguns, para depois, possivelmente, se poder pedir esse estudo porque acho um bocado difícil esta moção.

Eu não tenho nada contra a moção. Não tenho nada contra os estudos. Não é nada disso. Mas acho que é muito complicado estar a pedir isto porque não vamos ter uma resposta que nos vá resolver o problema, se é que é um problema.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Rui Costa faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite,

Senhor Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Sobre este tema sou muito pragmático. Para já, temos uma apresentação de um Município que foi aqui exposta na última Assembleia, sobre o tema de podermos fazer online as Assembleias Municipais.

Portanto, isso terá que ser, concordo com o Deputado Sousa, um tema aprofundado pela Assembleia, se, realmente, a nível técnico, a nível legal, se se pode fazer.

Depois, quero perguntar aqui, portanto, como é que isto se torna uma proposta de um Partido, se sustentou isto a nível legal, ou não. Se pegou numa proposta de um Município e se entregou aqui na Assembleia para nós discutirmos.

Se calhar, terá que ser mais estudado para podermos, realmente, perceber se podemos, ou não, fazer essa situação, tanto a nível técnico, como a nível legal, etc.

Agora, o que eu propunha era que as pessoas, realmente, sobre este tema, que meditassem, porque é assim: isto é uma Assembleia pública e todos podem estar presentes.

Se, realmente, queremos estar, é óbvio que todos gostamos de estar no nosso lar, de estar a assistir, etc. Mas, também temos que ter o dever do Cidadão, o Cidadão do Concelho e, se quer propor algo também tem que vir aqui e também tem que propor e tem o seu lugar e tem o seu tempo para discutir.

Portanto, Meus Senhores:

Temos o Regimento que temos. Temos o poder que temos. Damos aos Cidadãos oportunidade de chegarem aqui e discutirem e proporem aquilo que querem. Venham à Assembleia. É muito bom, eu também gostava de estar em casa, como todos vocês e estar a assistir online e até dar um bitaite daqui um bitaite dali, como é óbvio.

Mas venham aqui, apresentem aqui à Assembleia e estejamos todos. Ao fim e ao cabo, o que é que nós queremos? Queremos que o Concelho progrida, participamos todos. Nós estamos abertos a tudo. Venham, venham os Cidadãos porque, realmente, o que é que temos? Temos aqui vários Deputados da Assembleia Municipal e temos algum Público. O Público que venha, que nos questione. Eu não tenho problema nenhum e acho que os Senhores Deputados que aqui estão não têm problema nenhum em serem questionados. E a Câmara Municipal também não,

Agora, estarem encapuçados online, via web, aquelas coisas que a gente já sabe, é muito bom, até mandam mensagens e nem aparece a cara. Venham aqui. Digam.

Portanto, Senhor Presidente da Assembleia, eu, quanto a isto, estou contra e a proposta, com o devido respeito do Partido Popular, completamente contra porque, realmente, não está substanciada em nada. Não há aqui nada que a gente possa pegar.

Vamos ser objetivos. O que é que isto nos traz de bom para realmente, construirmos a bem do Concelho?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Manuel Henriques, agradecia que usasse, no máximo, um minuto.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Meio minuto.

Então, sobre este ponto, não discordando, necessariamente, sobre os considerandos que fez, sobretudo, o Senhor Deputado António Sousa, discordo mais do Senhor Deputado Rui Costa. A questão é a seguinte: Esta moção tem um princípio de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

base. É solidária com a decisão que a Mesa teve relativamente a esta proposta pela sua não conformidade com o Regimento. Isso é claro.

E, depois, quando se pede um parecer técnico aos Serviços da Câmara, o parecer técnico é jurídico, como é lógico, é técnico, porque a Câmara tem Técnicos habilitados nestas áreas de imagem, nestas áreas de som, para que, basicamente, a decisão que venha a ocorrer da Assembleia seja fundamentada de aceitar, ou não aceitar.

Depois, há que ter aqui um bocadinho de humildade democrática e se não conhecemos e percebemos o que é que está a acontecer noutras Assembleias Municipais País fora. Eu tive esse cuidado também de verificar.

E, depois, também com grande democraticidade, não me sentiria bem com os meus princípios se, tendo vindo aqui um Município duas vezes pedir isto, o mínimo que eu podia fazer, sem forçar nada, era que se estudasse com os Serviços da Câmara que tem recursos técnicos muito válidos essa possibilidade.

Por isso, os Senhores Deputados farão como entenderem. Eu votarei favorável sobretudo em respeito ao Município que aqui se deslocou duas vezes.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado Senhor Deputado.

- Mais alguém inscrito? Não. Assim, a moção vai ser posta à votação e eu pergunto: Quem vota contra esta moção? Quem se abstém? Quem vota a favor? Cinco votos a favor. Uma abstenção. Entretanto, chegou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lapa do Lobo, portanto, agora passámos a ser 25. Então, 19 votos contra, 1 abstenção e 5 votos a favor. Portanto, a abstenção foi do Senhor Deputado André Carvalho. E os votos a favor do Senhor Deputado Manuel Henriques, do Senhor Deputado Bruno Pina, do Senhor Deputado António Santos, da Senhora Deputada Maria José Cabral e da Senhora Deputada Isabel Sampaio.

Passo, então, a dar a palavra à Senhora Deputada Maria João. Agradecia também que não usasse mais de 10 minutos. Está bem?

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

Boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhora Vice-Presidente,

Senhores Vereadores,

Caros Colegas,

Público em geral.

Em relação à questão da anterior proposta de recomendação que fizemos aqui relativamente ao SOS Animais, aliás, proposta de recomendação que foi unanimemente aprovada e que, tanto quanto sei, da parte da interessada daquela Associação ainda nada se passou. Gostaria de saber, portanto, é um pedido de esclarecimento, se há alguma coisa prevista, se há algum agendamento, enfim, o que têm previsto relativamente a dar resposta a essa moção.

Em relação ao que o Deputado Manuel Henriques apresentou, em relação às estradas, era uma das situações que eu também vinha trazer e, portanto, concordo plenamente e também era no sentido de ver esclarecido o que é que está previsto em termos de arranjos, inclusivamente, relativamente às valas abertas. Portanto, o que é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

também está previsto? Isto é, vão ser tapadas, obviamente, já passou a tubagem toda. Se há algo mais previsto? Enfim, qual é a perspetiva do arranjo das estradas?

E, por fim, também concordo relativamente à Covercar, se podemos, de facto, ter conhecimento do protocolo que foi estabelecido.

E era isto. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada Senhora Deputada. Senhor Deputado António Sousa, faça favor. Faça-lhe o mesmo pedido, não ultrapasse os 10 minutos.

O Senhor Deputado António Sousa:

Permitam-me, primeiro e antes de mais, que leia uma parte de um texto que eu já escrevi há algum tempo e que alguns, poucos de vós conhecem e faça-o só por uma razão.

É para contextualizar aquilo que irei dizer a seguir e para verificarem que a preocupação sobre o tema já não é de agora, já vem de algum tempo.

Vou então passar a ler. É muito rápido.

Logo após as Autárquicas de 2013 e após um breve período de dúvida sobre os resultados, até pela diferença pequena de votos, estas foram dissipadas por quem de direito, o Tribunal Constitucional.

No entanto, os responsáveis políticos mantiveram um discurso de não-aceitação do voto popular ao continuarem a estratégia de afrontamento em todas as situações, principalmente desde a primeira reunião de Câmara, interrompendo, insinuando, insultando, tentando ofender a dignidade dos outros Membros, sem regulamentos e regimentos.

Esta estratégia foi elevando o confronto político a níveis nunca vistos na nossa Câmara, passando mesmo, em algumas alturas, a confrontos pessoais que, de todo, se tornaram dispensáveis.

Isto levou a reuniões, que deveriam servir para achar soluções para resolver problemas das populações, se tornassem em ambientes, politicamente, pouco saudáveis e mesmo, nalguns dias, inimigáveis.

E destas situações deploráveis ninguém saiu bem. E qualquer aprendiz de maledicência e muito particularmente o senso comum, sabe que a insinuação, as meias verdades, a suspeita e o inconclusivo, são a maneira mais conseguida de ofender quem quer que seja.

E com este clima político mais difícil se torna saber distinguir onde está o interesse público e onde estão os interesses particulares escondidos sob a superfície das verdades ditas evidentes.

Fim de citação.

Este pequeno texto fazia parte do discurso que eu fiz aqui no 25 de Abril do ano passado.

E, agora, continuando. Em algumas intervenções públicas fica claro que o debate político é entendido como um campo de batalha e que a linguagem é uma arma que serve, em primeiro lugar, para aniquilar o adversário, tratado como o inimigo.

O objetivo destes discursos não são esclarecer, debater, ou argumentar, mas apenas destruir o outro e para isso valendo tudo, desde não ouvir, nem deixar falar, até insultar e fazer eco de todo o tipo de preconceitos básicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

As últimas eleições tiveram o condão de esclarecer e julgar as várias atitudes, tendo o Partido Socialista uma maioria de votos e de mandatos, que reconduziram o atual Presidente da Câmara e impondo uma pesada derrota àqueles que geriram os destinos do Concelho entre 2005 e 2013.

Estes resultados e também a eleição de novos atores políticos, que integraram as várias listas fez baixar a temperatura do debate. A racionalidade, o conhecimento, o controlo das emoções e da linguagem destas pessoas conseguiram criar barreiras à expressão de linguagens que inquinava o debate político.

Mas, infelizmente, foi sol de pouca dura. Voltou a linguagem política sem baias, grosseira e agressiva, que é, na realidade, profundamente iliberal e imoral, com insinuações, meias verdades, suspeitas e o inconclusivo.

Nos últimos 4 anos, estou-me a referir, entre 2013 e 2017, o CDS/PP limitou-se a viver no pântano da ignomínia, da má-língua e do ódio pessoal. Um pântano onde se sentiu muito bem.

Com a ajuda de novas pessoas que integraram as suas listas, algumas delas de que eu tenho grande consideração pessoal e política e que sei que não concordavam com aquela forma de estar e que não consideram legítimo o uso de uma linguagem política que usa todas as armas linguísticas visando apenas matar politicamente o outro e que no final tem consequências desastrosas para a liberdade e para a democracia.

Espero, sinceramente, que estes novos Eleitos consigam ainda evitar que se resvale de novo para o ambiente do pântano aonde, nitidamente, alguns só aí conseguem sobreviver.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Quanto à interpelação anterior, eu só queria que o Senhor Deputado Sousa fosse mais explícito. Foram levantadas aqui algumas questões, algumas suspeitas de interação, eu penso que foram interações e desculpem-me que vos diga, na Câmara Municipal.

Portanto, as pessoas que aqui estão presentes, que não estiveram na reunião de Câmara, se calhar, quer dizer, é um bocado ambíguo, desculpe lá Senhor Deputado Sousa, deveríamos ser mais acutilantes, deveremos chamar as coisas pelos nomes. Não vamos aqui levantar lebres e depois ficamos assim no, vai cá, vai lá, vamos cá perceber quem foi, quem não foi, o que é que o Senhor Deputado disse ao outro, o que o Senhor Vereador disse ao outro.

Não, temos que ser, chamar as coisas pelos nomes. O que é que se passou e desculpe lá Senhor Deputado, agradecia que viesse aqui e que dissesse a todos nós o que é que se passou. Porque, senão, ficamos na dúvida, como é óbvio.

No meu período de intervenção, eu queria aqui falar sobre o que é que foi a Assembleia do 25 de Abril. Agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, que assim a organizou de tal forma e que nós podemos discursar livremente, a Oposição, o Senhor Presidente da Câmara, etc., etc. E, depois tivemos um período que tivemos os Sêniores do Concelho e muito bem e agradeço, foi muito bonito termos as pessoas aqui e agradeço, tanto ao Senhor Presidente da Assembleia, como a todo o Executivo, que organizou essa ação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas, depois, temos o seguinte: temos uma quebra de protocolo e desculpem lá, eu peço ao Senhor Presidente da Assembleia que não torne a fazer isso. É muito mau uma quebra de protocolo onde o Senhor fala, falam os Deputados e os representantes políticos desta Assembleia, fala o Senhor Presidente da Câmara e depois, desculpem-me, a pessoa em si, que não tem culpa, se calhar, mas faz uma redundância no discurso como Professor, Aluno, etc., repete algo do seu discurso e faz com que as pessoas que aqui estão, que nada têm a ver com a Assembleia Municipal, tenham que ouvir outro discurso político, ainda por cima e desculpe, Dr. Maia Rodrigues, desculpe-me, como Professor, com apologia política ao Partido Socialista perante os seus alunos, isso é muito mau. Desculpe que lhe diga, mas é muito mau.

Além de estarem os Municípios aqui presentes na sala, fazer como Professor e desculpe e o Senhor disse-o aqui, como Professor apologia política fica-lhe muito mal.

E, só solicitava ao Senhor Presidente da Assembleia que, realmente, não tolerasse estas situações. Portanto, é muito mau fazermos isto num dia, como é o Dia da Liberdade, um dia que todos podem, realmente, expressar o seu direito, a liberdade, etc., etc., mas, realmente, desculpem-me, mas eu tinha que o dizer porque acho que foi opinião de muita gente nesta sala e que não o pode expressar aqui.

Portanto, fica este registo e peço ao Senhor Presidente da Assembleia que, realmente, reveja esta situação porque, realmente, não foi de bom-tom termos a situação que tivemos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Já agora que me interpelou diretamente, tenho a informá-lo e a todos os presentes, que a Sessão Solene do 25 de Abril terminou com o discurso do Senhor Presidente da Câmara.

A partir daí houve intervenções que são referidas como intervenção da Universidade Sénior, intervenção de um Professor da Universidade Sénior e não com o que foi dito, como nos anos anteriores tem acontecido, refere-se que esteve o grupo presente, mas não se transcreve aquilo que o grupo apresentou.

No ano passado houve uma série dos Escritores do Concelho, fez-se referência que estavam os Escritores do Concelho, mas não fomos além disso. É a mesma coisa que acontecerá este ano. A ata da Sessão Solene de 25 de Abril inicia-se com a abertura que eu fiz e termina com o discurso do Senhor Presidente da Câmara, como sempre aconteceu.

Quanto ao conteúdo da intervenção, eu não tinha conhecimento de qualquer intervenção, nem antes, nem depois. Portanto, estava na mesma situação que vocês, limitei-me a ouvir, como vocês ouviram e também não era de bom-tom interromper qualquer pessoa que estivesse a falar nesse dia e, principalmente, no Dia da Liberdade.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Só duas palavrinhas muito breves sobre o que disse o Senhor Deputado Rui Costa e confesso e não leve a mal Deputado Rui Costa, tenho dificuldade em entender a crítica dos discursos. Eu posso ter gostado, não gostado, fica cá comigo, mas no Dia da Liberdade eu evitaria comentários desses que são despropositados, a meu ver, não leve a mal dizer isto.

Mais a sério, relativamente ao que disse o Deputado Sousa, eu tenho que dizer o seguinte: nós, nestas coisas da política, não devemos ter memória curta. Eu não faço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

política há muito tempo no Concelho de Nelas, faço-a há tempo suficiente para também ter razões de queixa. E o CDS/PP, neste caso, tem razões de queixa.

Estamos a falar só dos últimos meses. Temos Vereadores que vão pressionar Presidentes de Junta eleitos para fazer acordos com Partidos Políticos. Temos fotografias de pais, ou mães, candidatos do CDS que são colocados na página do Partido Socialista como se o apoiassem. Eu não queria. Eu sou sincero, não queria entrar nesses detalhes mais, mais de lana-caprina, vou dizer assim, porque aqui não há virgens ofendidas neste assunto. Toda a gente tem razão de queixa.

Sobre o discurso do CDS, ele é muito cristalino. E, aceitando o seu remoque, vou-lhe dizer: o CDS defende e defenderá, neste mandato, com convicção, lisura da coisa pública e sempre que lhe parecer que essa lisura pode estar em causa, sempre que lhe parecer que há conflito o CDS vai levantar a voz e vai dizê-lo.

É um papel que o CDS assume com muita coragem e com muita honra neste mandato e eu e o Dr. Manuel Marques na Câmara, e o Júlio Fernandes e os outros Deputados aqui estamos orgulhosos deste mandato confiado e será a nossa abertura.

Se os Senhores quiserem entrar e politizar, em excesso as questões, que, como lhe digo, podia aqui ter várias a este respeito, cá estaremos, mas acho que é perdermos tempo todos. Respeito a sua opinião, mas o nosso posicionamento é diferente.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

Porque a Sessão Solene tinha acabado. O discurso que eu fiz a seguir, a intervenção que eu fiz foi como Aluno e como Professor, dirigido ao Público Sénior.

Eu sei que as pessoas estavam cá, mas isso tinha sido preparado antes. Podiam estar, ou podiam não estar. A sessão foi encerrada. Pronto.

Tinha algumas redundâncias porque tocávamos o mesmo assunto, mas não se repetia, nem era igual. Tinha algumas redundâncias, sim. Tinha dados estatísticos que são referidos uma vez porque entendi que o conteúdo político de um não era o conteúdo do outro.

Mas fi-lo, a título particular, como faria na Universidade Sénior, literalmente igual, como faria, enfim, noutra sítio qualquer que me convidassem a estar lá nesse dia.

E, sinceramente, se fosse nesta Assembleia noutra contexto eu até aceitaria. Agora, no Dia 25 de Abril, isso não, porque é evidente que todos temos e faço esta referência, todos nos congratulámos com o 25 de Abril nos nossos discursos, agora está a falar da parte oficial, e todos nos pronunciámos de forma diferente sobre a nossa visão, principalmente, quanto ao futuro, quanto ao presente e ao futuro.

Isso não incomodou ninguém e sou franco e se incomodasse era muito mau, se incomodasse era muito mau porque, de facto, vivemos num tempo em que, felizmente, podemos expressar as nossas opiniões.

Muitos de nós vivemos um tempo e vivemos o outro e por isso há coisas que não entram. Está bem? Mas não tenho nada contra. Apesar de hoje não ser Dia 25 de Abril, pode-se pronunciar.

Enfim, as pessoas que se repetiram e que estavam presentes, podiam estar, ou podiam não estar.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Sousa:

Em relação à pergunta que me foi feita, se tinha a dizer casos concretos, isto é uma declaração política. É uma declaração política na generalidade.

Houve alguns factos políticos que aconteceram. Algumas situações que aconteceram, que existiram e que despoletaram esta tomada de posição minha politicamente, mas não estou, não é isso que quero discutir aqui.

E, agora, aproveitando isto e respondendo já logo de seguida, deve ter ouvido e acredito que sim, porque é difícil captar tudo o que uma pessoa diz num discurso e depois de o ler é uma coisa diferente.

Eu estava a falar de linguagem política, da linguagem em política, da maneira como se levantam suspeitas, como se levantam. Mas é preciso ter muito cuidado nas suspeições que se levantam.

O Vereador é um ator político. Vai falar com os Presidentes de Junta quando quiser. Tem toda a liberdade de o fazer. Não tem problema nenhum.

Agora, a linguagem política onde ela chega e o Senhor sabe a que é que me estou a referir, esse tipo de linguagem é que não é admissível.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Bem, como estão todos esclarecidos porque, realmente, a montanha pariu um rato. Não se percebe nada do que estes Senhores disseram. Uns dizem uma coisa e outros dizem outra. Eu peço ao Senhor Presidente que quando alguém invocar algum tema e que fique dúbio, que o esclareça porque, se não, ficamos todos na mesma.

O que parece aqui e o que eu pedi e que solicitei às pessoas é que as pessoas dissessem, realmente, aquilo que queriam dizer. Que não ficassem por meias palavras.

O Senhor Presidente sabe, daquilo que se disse aqui, no discurso do Senhor Deputado Sousa e do Senhor Deputado Manuel? Não. Nada. Ficou tudo sem clareza nenhuma. Portanto, ficamos aqui assim e depois é assim: queremos ser políticos, queremos ter uma Assembleia aqui para nos ouvir.

Dizemos duas, ou três coisas, assim configuradas, etc., etc., e alguém quer crer nestes políticos que temos no Concelho? Não. Desculpem-me ser tão sincero. Quando aqui vimos temos que dizer as coisas claras. Não andar a tentar ludibriar as questões. Se alguém disse alguma coisa na Câmara e que o queremos transmitir aos Senhores Deputados Municipais e ao Público que aqui está presente, diga-se aqui, eles estão aqui, são indagados, é verdade, não é verdade, mas temos que ser esclarecidos. Não podemos andar com falsas questões.

Senhor Presidente, solicito que tente clarificar estas situações.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tudo bem, Senhor Deputado. Não entrem em diálogo. Muito obrigado Senhor Deputado. Quando eu pedi para esclarecer, cada Deputado diz o que pode e o que deve, até onde quer. Portanto, eu não posso nem dizer ao Senhor Deputado Manuel Henriques, nem ao Senhor Deputado António Sousa, que têm que dizer mais do que aquilo que disseram. Eles dizem aquilo que acham que podem dizer e que devem dizer e é da responsabilidade deles e não minha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Não há mais ninguém inscrito. O Senhor Presidente quer responder a algumas questões que lhe colocaram? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim em primeiro lugar, cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa, os Senhores Vereadores, naturalmente os Membros da Assembleia Municipal e as pessoas presentes.

E, dizer que, relativamente às questões que foram colocadas, dar os seguintes esclarecimentos:

Estradas e arruamentos, particularmente, a Estrada Nacional n.º 231, da Póvoa da Roçada para cima até à Rua do Mondego, e agora também a Variante, estão a decorrer obras do Sistema Intercetor e, portanto, temos insistido com o empreiteiro para a reposição, o mais rápido possível, da normalidade do pavimento, sendo certo que na Estrada Nacional n.º 231 estamos ainda à espera de um orçamento que possa ser considerado como obra para pavimentar toda a estrada entre a Póvoa da Roçada e a confluência com a Rua do Mondego.

Bem como estamos também a encetar um procedimento no sentido, que não foi possível realizar em tempo e que é desejo de a Câmara fazê-lo, de que, ainda que provisoriamente, dotar alguns arruamentos de acesso a empresas instaladas nas nossas áreas de acolhimento empresarial de condições com a mínima dignidade, provisórios, sem prejudicar os investimentos que não-de ser feitos no âmbito do projeto das áreas de acolhimento empresarial, que tem que ser realizada nos próximos anos.

Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos quando houver novidades concretas relativamente ao destino da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos será, naturalmente, comunicado à população, também à Câmara e também aos Membros da Assembleia Municipal. As negociações estão a decorrer. Naturalmente, a infraestrutura e o que está lá dentro e o que se destina fazer dela, exigem a responsabilidade que o Senhor Membro da Assembleia Municipal referiu. Portanto, quando houver novidades relativamente a esse assunto, que continuamos a acompanhar, como bem disse, dá-las-emos.

Quanto à distribuição da fruta. A Câmara instituiu, no mandato anterior, um Programa de distribuição de fruta, que para além da distribuição de fruta mínima que o Governo concede instituímos um Programa de distribuição de uma peça de fruta no Pré-Escolar e no Primeiro Ciclo todos os dias da semana.

Houve um problema no lançamento do procedimento. Sei que a situação já está normalizada e a fruta já está a ser fornecida.

Competências das Juntas de Freguesia, bem como, mesmo a questão da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, vou tentar honrar neste mandato ao máximo a palavra dada, que está consignada aqui e onde consta: Adquirir, requalificar e instalar empresas nas instalações da Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos, em Canas de Senhorim. Está aqui escrito. Vou tentar cumprir isso.

E está aqui também: Reforçar o apoio às Freguesias com recursos humanos, equipamentos, máquinas e viaturas. Portanto, reforçar a autonomia das Freguesias, continuando a considerar a existência das 9 Freguesias. Já enviámos ofícios para a Assembleia da República e para todos os outros interlocutores, no sentido de serem repostas a Freguesia de Aguieira e a Freguesia de Moreira, no âmbito da reapreciação desse dossier na Assembleia da República.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E tenho aqui também que é objetivo da Câmara, neste mandato de 4 anos, de que ainda só se passaram 6 meses, duplicar o valor do Orçamento com transferências e delegação de competências.

Portanto, como a Câmara e estes compromissos são para 4 anos, pode perguntar em todas as Assembleias Municipais o ponto da situação. Nós temos feito o que é possível relativamente ao relacionamento com as Juntas de Freguesia onde temos reunido, com regularidade, com todas, com as equipas das Juntas, no sentido de fazer uma programação de intervenções e também os Senhores Presidentes de Junta sabem que os empréstimos contratados, em termos em que o foi, que estão para Visto do Tribunal de Contas, vai permitir uma reprogramação do Orçamento no sentido de concretizar o máximo dos anseios e pretensões das Comunidades de todas as Freguesias.

Relativamente à questão do SOS Animais não houve ainda ocasião para, de facto, com a profundidade que é necessário e para o qual estamos sensibilizados, para atuar relativamente a esta questão do SOS Aninais, mas temos intenção de o mais rapidamente possível também melhorar as condições e o apoio a quem tão bom serviço presta, no âmbito desta questão.

Relativamente às empresas e, particularmente, à empresa Covercar, em Canas de Senhorim, só dizer aos Senhores Membros da Assembleia Municipal que têm disponível no site da Câmara Municipal, nas atas, o protocolo celebrado na Câmara na ata do dia 18 de junho de 2015 e que foi aprovado por unanimidade. Portanto, as atas estão publicadas no site da Câmara, o dia 18 de junho de 2015 está lá. Se tiverem alguma dificuldade, foi distribuído na reunião de Câmara, será também aos Senhores Membros da Assembleia Municipal, nos termos do qual, nos Considerandos e é um protocolo entre o Município de Nelas, a Covercar e a Freguesia de Canas de Senhorim, nos termos do qual a Covercar diz, pede à Câmara, que desenvolve uma atividade aqui em Nelas em instalações arrendadas, com um Quadro de Pessoal médio, nos últimos anos, de 40 trabalhadores e que pretende expandir, em instalações próprias, junto de uma Comunidade, a de Canas de Senhorim e área geográfica envolvente, incluindo o Município do Carregal do Sal, que lhe garanta mais proximidade à mão-de-obra disponível e acessibilidades o mais próximo possível do IC12 porque falou na altura que tinha ganho um projeto de fornecimento das coberturas para o T-Roc da Volkswagen e que ia construir um pavilhão de 4.000 m² de área coberta e que, Considerando quinto, onde iriam trabalhar, nesse sentido a Covercar, diz o n.º 5, pretende levar a cabo a construção de um pavilhão com cerca de 4.000 m² de área coberta e aí passando a prestar trabalho, no futuro, entre 80 a 100 trabalhadores.

A Câmara diz que existe um terreno na Zona Industrial da Ribeirinha, aliás, uma das partes do terreno era até já co-propriedade da Junta de Freguesia, uma pequena parte contígua à empresa Officelan e com área de 12.000 m².

Portanto, foi cedido à Covercar o terreno de 12.000 m², a 50 cêntimos, como, aliás, decorre do Regulamento Municipal de Apoio ao Investimento, que também está publicado no site da Câmara e que também foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal. E, no âmbito da cláusula oitava, prevê-se um acompanhamento das partes relativamente à execução deste protocolo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O que me foi transmitido e que posso transmitir, é que no dia em que lá fui, na terça-feira, ainda trabalhavam lá 156 trabalhadores, que não há deslocalização nenhuma da empresa para Marrocos.

Que foi construída, em Tanger, uma fábrica ao mesmo tempo que foi construída esta em Canas de Senhorim porque, à partida, a Volkswagen sabia que grande parte das coberturas seriam feitas em Marrocos, como são feitos grande parte dos componentes da indústria automóvel, são feitos no Norte de África e depois, por razões fiscais e também razões de qualidade, têm um estabelecimento aqui na Europa.

E, vão prosseguir a tentativa de ganhar novos projetos e fazerem outras produções. A empresa tem o fornecimento do T-Roc até 2023 e da nossa parte, da parte da Comunidade, da parte da Câmara Municipal, consideramos que é uma empresa que iniciou a atividade há 2 anos, também sabemos que no início das atividades a própria Lei permite maior flexibilidade em termos de contratação e, felizmente, também pelos trabalhadores com quem me cruzei na empresa, disse que, infelizmente para elas, face à precariedade, felizmente existem outras ofertas. E, também já ouvi muitos empresários e seguramente, muitos de vocês também a queixarem-se que já há escassez de mão-de-obra no Município e, portanto, essas pessoas terão proteção social.

Naturalmente, desejamos que a Covercar, que ainda está muito acima do cumprimento daquilo que era exigível em termos protocolares, tenha o maior sucesso.

Digo que a Covercar foi apenas um pretexto para fazer talvez o maior investimento no mandato anterior no Concelho de Nelas, que foi requalificar a Zona Industrial da Ribeirinha, foi um pretexto para fazer isso, porque todos sabem que quando chegámos à Câmara aquilo era um caminho de terra batida e não havia lá infraestrutura nenhuma. E estava lá uma empresa nova a instalar-se, que era a Officelan, e já havia empresas antigas instaladas da parte da frente. Portanto, o que lá foi feito, foi-o para benefício de todas as empresas e para benefício de uma área de acolhimento empresarial em Canas de Senhorim.

Senhor Dr. Manuel Henriques, quando eu cheguei à Câmara, qualquer empresa que chegasse à Câmara, nós só tínhamos para lhe oferecer terrenos na Zona Industrial de Nelas. E achava injusto para os empresários que queriam ir para canas de Senhorim ou que queriam expandir-se.

Portanto, o que foi feito logo foi comprar 7 hectares de terreno à Família Machadinho por 105.000,00 euros, ou 110.000,00 euros, mais 30.000,00 euros, ou 40.000,00 euros de compra de terrenos lá, inclusivé, havia uma casa do lado do Bar Indiferente e foi comprada e depois foi deitada abaixo. Outros terrenos atrás dos da Família Machadinho.

Foi feito, de facto, um esforço de terraplanagem, não posso precisar, entre 80.000,00 euros a 100.000,00 euros, no lote que foi cedido à Covercar, mas também nos arruamentos que foram feitos. Isto, em termos de terraplanagens, foi o que foi feito.

Foram gastos mais de 160.000,00 euros nos arruamentos, passeios, pavimentação e, portanto, foi o que foi garantido.

Hoje, qualquer pessoa, eu, o Presidente de Câmara, ou o Membro da Assembleia Municipal, se tiver um empresário interessado em investir em Canas de Senhorim, posso dar a garantia que vai ter orgulho em levá-lo à área de acolhimento empresarial da Ribeirinha e dizer: a Câmara tem aqui terrenos disponíveis, a Câmara e a Junta de Freguesia estão disponíveis para crescer.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Está candidatada a construção de uma ETAR, que é mais um investimento de 300.000,00 euros para a Zona Industrial da Ribeirinha, que vai resolver o problema também das Lameiras.

E, portanto, o que está ali feito, a pretexto também da rápida instalação da Covercar em instalações próprias, foi uma requalificação de uma área de acolhimento empresarial e a um empresário que ainda mantém largas dezenas, mais de, quase centena e meia de postos de trabalho.

Mas, dizer-lhe que, felizmente, também nos últimos 6 meses a Câmara já deliberou a compra de quase 200.000 m² de terreno para expansão de áreas de acolhimento empresarial, mais de 20 hectares de terreno. Comprou, recentemente, quase 10 hectares de terreno que permitem, ou a expansão da área de acolhimento empresarial, ou contratualização com uma grande empregadora do Concelho, como a LusoFinsa, de novos projetos, ou da garantia da permanência da LusoFinsa os anos todos que forem necessários porque não será por falta de terreno que haverá alguma dificuldade.

E celebrámos já protocolos também, que foram a reunião de Câmara, para investimento e criação de postos de trabalho com, pelo menos, que eu me recorde, três empresas, a Cabostar, a Nobresteel, a Ibero Massa Florestal, estas duas últimas na última reunião de Câmara, sendo estas duas últimas, uma empresa que está instalada na Figueira da Foz e outra que está instalada em Oliveira de Azeméis, que se pretendem instalar aqui na área de acolhimento empresarial de Nelas.

E, portanto, creio ter respondido a todas as questões que me foram colocadas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

(Falou o Senhor Deputado Manuel Henriques, longe do microfone)

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, relativamente a essa questão, peço desculpa, mas também muito, mercê de um Aviso que está aberto, ainda durante o mês de abril, um Aviso no âmbito do PT 2020 e com majoração para as áreas ardidas, tivemos solicitações na Câmara Municipal de reabilitação de imóveis, até imóveis classificados e que vão ter abrangência neste aspeto.

Portanto, acho que é um excelente instrumento que existe no IFRU em toda a sua envolvência, a Câmara e eu próprio, também, de acordo com o compromisso que está aqui, estamos a fazer o levantamento de todos os imóveis degradados, estamos a cadastrar todos os imóveis degradados. A propósito agora da questão da segurança contra os fogos florestais, para adotar, em termos globais e aproveitando essa legislação e esses mecanismos de apoio, uma ação concreta e ações concretas em território no sentido de melhorar o ambiente urbano porque, de facto, uma das situações que existem e que podem beneficiar muito desta questão dos benefícios para as áreas de reabilitação urbana é a questão do património degradado nas nossas aldeias e nas nossas vilas.

E, portanto, proximamente, com o levantamento e o cadastro feito, atuaremos numa ótica também de que, mesmo nesse património há muita negligência dos proprietários. Mesmo aqui em Nelas, no centro de Nelas, temos grande património pura e simplesmente abandonado.

Portanto, estamos a cadastrar isto para os proprietários darem um destino aos imóveis, ou vendem, ou reabilitam. Portanto, estamos muito atentos a isso e agradeço a sua sugestão e a chamada de atenção relativamente a esse aspeto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Vamos entrar no Período da Ordem do Dia, com a informação do Senhor Presidente da Câmara. Ela foi enviada, por escrito, a todos.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ºs Ex.ºs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal em 28 de Fevereiro de 2018 até à data de 23 de Abril de 2018, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento

Nomeadamente:

- Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos exteriores das escolas do Concelho;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Manutenção/abertura de caminhos florestais e agrícolas;
- Continuação das obras de ampliação do cemitério de Vilar Seco;
- Continuação do programa urbanístico de protecção de pessoas e bens em todas as freguesias;
- Construção de muros e passeios na Avenida Vasco da Gama, em Carvalhal Redondo;
- Construção de passeios na Avenida Carlos Afonso Paiva, em Carvalhal Redondo;
- Construção de muros e passeios na Rua Caminho do Vale;
- Investimento de 220 mil euros na execução em curso do Cadastro Informático das Redes de Água e Saneamento em todas as freguesias;
- Construção de muros e passeios à entrada da Lapa do Lobo;
- Construção de muros e passeios na Estrada Santar/Carvalhal Redondo;
- Continuação das obras da Etar III de Nelas e Sistema Intercetor;
- Requalificação urbana do Bairro da Feira, em Nelas;
- Prolongamento de remais de água e saneamento;
- Continuação das ETAR'S de Santar I, Santar II, Moreira, Lapa do Lobo, Agueira/Carvalhal Redondo, Vilar Seco,
- Endesa, continuação das obras na EM Moreira-Nelas em Moreira, Rua do Castelão-Lapa do Lobo, Avenida da Soma, Santar e variante da Agueira;
- Alargamento e construção de muros na Avenida do Farol, em Canas de Senhorim.
- Procedeu-se a poda de árvores no concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Reparação e colocação de sinalização vertical no concelho;
- Águas pluviais na Rua do Paraíso-Pisão e Rua das Carrancas, Agueira;
- Demolição parcial ou total de várias habitações no concelho em risco de ruína;
- Abate de várias árvores em risco de queda;
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais nas localidades afetadas pelo incêndio;
- Requalificação da Biblioteca da Escola Básica Dr. Fortunato de Almeida;
- Aquisição de habitações para requalificação/integração no espaço público.
- Requalificação do Largo da Estação em Nelas no âmbito da PARU
- Requalificação da Escola do 1º CEB de Carvalhal Redondo
- Requalificação da Escola do 1º CEB de Santar
- Requalificação da Escola do 1º CEB de Vilar Seco
- Requalificação das Piscinas Municipais Cobertas – Substituição de Equipamentos;
- Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
- Colocação de ATM'S em Moreira e Vila Ruiva;
- Preenchimento/Submissão e acompanhamento dos formulários do PARHP (Programa de Apoio a Reconstrução de Habitação Permanente);
- B) Informação sobre educação, cultura, desporto e serviço social:
Nomeadamente:
 - Continuação do projeto de itinerância da universidade Sénior pelas freguesias e aldeias do concelho nomeadamente, Póvoa de S. ° Antonio, Vilar Seco, Urgeiriça e Santar;
 - Realização do projecto das Equipas de Páscoa “5 Jovens, 5 Séniores”, com alunos do 2º e 3º ceb;
 - Realização da ação de informação “Mais vale prevenir...que cair” coma a presença das Enfermeiras Patrícia Forte e Augusta Larcher;
 - Atuação do Coro da Universidade Sénior no Centro Social Prof. Elisa Barros Silva em Cabanas de Viriato;
 - CRIANÇAS EM MOVIMENTO...”O projeto “Crianças em movimento...” | Adaptação ao meio aquático, está a decorrer desde o dia 29 de janeiro 2018
 - Realização das JORNADAS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE NELAS com o apoio do Município de Nelas;
 - Realização da CONFERÊNCIAS TEEN no âmbito do desenvolvimento do Empreendedorismo nas Escolas em conjunto com a CIM/VDL
 - Participação do MUNICÍPIO DE NELAS NA BTL – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA
 - Realização do Torneio Professor Afonso Saldanha | 03 de março de 2018 – Vila Nova de Paiva
 - Realização do ELOS DE LEITURA 2018 - 07 Março | Encontro com Elisabete Jacinto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Início do Projeto desportivo ATIVIDADE FÍSICA EM POPULAÇÃO COM A DIABETES
- ELOS | FESTA LITERÁRIA 2018 - COMBOIO LITERÁRIO
- ELOS DE LEITURA- Lançamento do livro Meu tio, meu herói, de Pitum Keil do Amaral
- Presença do MINISTRO DA EDUCAÇÃO no ELOS DE LEITURA
- ELOS DE LEITURA - ENCONTRO COM.... MARÇAL GRILO
- ELOS DE LEITURA | Jantar Literário com espetáculo de música do Quinteto de Clarinetes - Fifth Harmony,
- Projeto de Informação e Apoio aos Cuidadores Informais denominado "CER - Cuidar e Receber decorreu na sede da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim,
- Ó ZÉ BATE O PÉ! - Um espectáculo alegre e revisteiro - Cine-Teatro de Nelas
- Recepção nos Paços do Concelho, o Projecto Transnacional, entre a Companhia das Águas Medicinais da Felgueira SA. e parceiros de vários países, como Turquia, Bélgica, Bulgária e Eslovénia,
- Realização da Semana Santa em Santar com o apoio do Município;
- Apresentação do programa "CER-Cuidar e Receber", na União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Agueira
- Exposição “PEDAÇOS E DESPEDAÇOS DA GRANDE GUERRA – 1914-1918” na Biblioteca Municipal de Nelas
- Apoio na realização da CAMINHADA SOLIDÁRIA DA PRIMAVERA
- Apoio na realização das celebrações do 90º Aniversário de elevação de Santar a Vila;
- Realização da atividade desportiva “ÁGUA E MOVIMENTO”;
- ABRIL – MÊS DE PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Nelas, com o apoio do Município e de várias entidades, associou-se, como vem sendo habitual, à Campanha do Mês de Prevenção dos Maus-Tratos na Infância.
- Organização do DIA DOS MOINHOS ABERTOS;
- Realização da Masterclasse OCPDois: Mundos Cruzados no Cine-Teatro de Nelas com a Orquestra de Câmara Portuguesa e alunos das bandas do concelho no âmbito da Alto Mondego’ Rede Cultural
- CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM OS BOMBEIROS DO CONCELHO PARA APOIO AO FUNCIONAMENTO, FORMAÇÃO E INTERVENÇÃO RÁPIDA NOS INCÊNDIOS NO MONTANTE DE 25 MIL EUROS PARA CADA CORPORACÃO
- Apresentação do espetáculo teatral ENQUANTO OS LOBOS UIVAM no Cine-Teatro de Nelas
- Realização da 1ª fase do torneio inter-turmas ANDEBOL 4 KIDS dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e Canas de Senhorim.
- Participação da Escola Municipal de Natação de Nelas na 6ª concentração de provas do Circuito Municipal das Escolas de Natação da época desportiva 2017/2018, em Arganil
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher na Universidade Sénior;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Presença dos alunos da universidade Sénior nas instalações da Rádio Comercial;
 - Organização de uma sessão de esclarecimento “Obrigação da Limpeza de Terrenos” nas instalações da US;
 - Visita dos alunos/locutores da Universidade Sénior ao Museu da RTP;
 - Plantação de três carvalhos nas instalações da US para assinalar o Dia Mundial da Árvore;
 - Ação de Sensibilização “Movimento com Folego”;
 - Visita dos alunos da Us a Vila do Touro, Sabugal, Sortelha, Alfaiates e Vila Maior, inserido na Rota dos Castelos;
 - Realização de workshop de Biodanza “Amor e Gratidão” nas instalações da US.
 - Apresentação da nova linha de comunicação de Serviço de Educação e Cultura;
 - Realização do projeto “Férias em Ação”-Páscoa 2018 para os alunos do 1º e 2º ceb do concelho;
 - Participação no projeto “Velejar em Solidariedade” promovido pelo Náutico Clube Boa esperança em conjunto com o museu da Presidência da republica;
 - Celebração do dia mundial da Árvore no Agrupamento de Escolas de nelas com a participação de alunos, docentes e animadores;
 - Apresentação da “Família SEC” no Congresso A Aprendizagem Quando Nasce é Para Todos;
 - Associação da Unidade Empreende do Município de nelas à AIRV- Associação Empresarial da Região de Viseu no 6º Congresso “Agitação em Viseu- Competitividade e Inovação 4INOVA”;
 - Realização da ação de sensibilização sobre o Ordenamento do Território, resultado da colaboração do município de Nelas e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- C) Informação administrativa, financeira, recursos humanos e saúde:
Dados à data de 31 de Março de 2018:
- a) A dívida de médio e longo prazo foi de 9.259 893,33 €;
 - b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 2.009 535,63 €;
 - c) Os fundos disponíveis para Abril de 2018: 386 565,73 €;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pergunto: alguém quer algum esclarecimento a pedir ao Senhor Presidente, além dos que estão na comunicação que vos foi enviada? O Senhor Presidente também não quer dar nenhuma informação suplementar?

Então, passamos ao ponto 2.2 – Aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2017 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas. Quem quer usar da palavra neste ponto?

Senhor Presidente, quer introduzir este ponto, ou remete para os documentos?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Foi enviado o Relatório de Gestão e, portanto, está aqui no Relatório, particularmente nas folhas iniciais, há a Certificação Legal de Contas que creio que



chegou aos Senhores Deputados. Havia um draft inicial, mas hoje chegou a Certificação Legal de Contas oficial e, portanto, as únicas reservas que aqui têm a ver, confirma a execução orçamental global da despesa e da receita. Da despesa em 72% e da receita em 73%.

O Município, no final do ano está abaixo do limite máximo do endividamento.

Mas queria enfatizar aqui uma outra situação para desdramatizar a questão que nas empresas privadas tem muita influência, que é o Resultado do Exercício. Nos Municípios, infelizmente, fruto da evolução contabilística que tem havido, o resultado dos Municípios está muito inquinado pela valorização dos Bens e do Património dos Municípios, que gera depois um custo do Exercício, que são as Amortizações e que inquina, para mais, ou para menos, qualquer resultado do Município. Portanto, essa reserva aqui também feita. Todos os anos é feita essa reserva.

Mas, está o Relatório feito à semelhança do que foi feito no ano passado. O facto mais relevante que eu considero nesta exposição do Relatório é, de facto, a consideração, a gosto, que a Câmara de Nelas recuperou completamente a sua autonomia administrativa e financeira e, portanto, o fim do PAEL e da reestruturação financeira, com efeitos práticos, como os Municípios já estão a sentir.

Realço, também, em matéria dos Resultados e que, de facto, vem aí enunciado a questão dos Resultados negativos de 1.606.000,00 euros e, naturalmente, que eu, apesar da introdução que fiz, não deixo também de acompanhar e estar preocupado com indicadores que podem indiciar alguma dificuldade, ou ser negativos e, portanto, a explicação para esse resultado é, de facto, a questão das amortizações, da fiabilidade das amortizações, é a circunstância de a receita do IMI, que vai ser cobrada neste ano de 2018, para efeitos contabilísticos, é considerada receita de 2017 e, portanto, foi previsto lá e podem ver aí nas rubricas de impostos, na Demonstração de Resultados, Impostos e Taxas, já uma diminuição de 2.770.000,00 euros, para 2.015.000,00 euros. Portanto, está refletido, já aqui em termos de receita, menos 800.000,00 euros, de acordo com a regra da prudência que a Câmara decidiu utilizar.

Há aqui ainda levado a Custos um aumento das Provisões de 153.000,00 euros, de processos judiciais em curso, alguns processos judiciais decorrentes particularmente de uma ação de 120.000,00 euros, à volta disso, que entrou relativamente às despesas irregulares contratadas nos 3 meses anteriores às eleições de 2013. Em 2017 devolveram-se também 88.000,00 euros recebidos no acerto de contas ainda do Centro Escolar e fez-se uma correção de excesso de estimativa de IMI no valor de 252.000,00 euros.

Portanto, estes elementos que referi, receita previsível de IMI já considerada nas Contas de 2017, correção das Provisões, devolução de acerto de contas e correção de uma estimativa de IMI anterior dá 1.303.000,00 euros, portanto, justifica, quase na totalidade o resultado negativo que é apresentado.

Em matéria de dívida, também se virem na parte do Passivo, no Balanço, o que a Câmara devia, o Passivo exigível a médio e longo prazo e a curto prazo em 2016 e 2017 diminuiu. Portanto, em 2016 eram exigidos à Câmara, de empréstimos, endividamento de médio e longo prazo e curto prazo 11.467.000,00 euros e em 2017 são 11.320.000,00 euros, portanto, menos 147.000,00 euros de Passivo exigível ao Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A dívida, no final de 2017, que também é um elemento que merece essa particular explicação e que, de alguma maneira, o que eu disse relativamente aos Resultados está na Nota 8.2.5, no Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

O valor da dívida de médio e longo prazo, que está evidenciada no Relatório, na parte inicial, naquele Quadro da evolução da dívida, de 9.487.014,00 euros, de médio e longo prazo, dívida, aliás, que em 31 de março, médio e longo prazo, já era 9.259.000,00 euros, como está na informação do Presidente de Câmara.

E a dívida de curto prazo, de facto, tem aqui um valor elevado de 1.323.446,00 euros, que se explica também, se virem o Balanço, nas rubricas do Passivo, está lá: Dívida a Fornecedores – Conta corrente: 460.000,00 euros. Depois, Fornecedores – Faturas em conferência: 311.000,00 euros. Fornecedores – Imobilizado – Faturas em conferência: 370.000,00 euros, o que perfaz 681.000,00 euros, cuja justificação são faturas em conferência no âmbito dos projetos financiados em PT 2020, PO SEUR, PARU, Escolas, etc.

Portanto, todos estes valores que eu referenciei somam um total de 1.142.000,00 euros e, portanto, que constitui a dívida a curto prazo, cerca de 180.000,00 euros superior ao ano anterior e não o valor que aí vem, de cerca de um milhão de euros.

Portanto, eram estes esclarecimentos que eu queria, em complemento do que vem referenciado, aqui neste momento, fornecer aos Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Quem quer usar da palavra? Senhor Deputado Manuel Henriques. Mais alguém? Senhor Deputado Rui Costa. Senhor Deputado Manuel Henriques faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Só um esclarecimento sobre o prazo de pagamento a Fornecedores, qual é a situação atual.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Deputado Rui Costa faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Já agora que estamos na parte de dívidas a fornecedores há que esclarecer, o Senhor Presidente disse aqui que dívidas a Fornecedores estavam em 681.000,00 euros e a informação que eu tenho dos Serviços Administrativos e Financeiros e Recursos Humanos e Saúde da Câmara Municipal à data de 31 de março de 2018 é o seguinte: A dívida de médio e longo prazo foi de 9 milhões de euros, etc., etc.; A dívida orçamental de curto prazo a fornecedores e outros credores, foi de 2.009.535,00 euros.

Ou seja, para quem apresenta aqui uma dívida a Fornecedores de 681.000,00 euros, realmente, quando os Serviços da Câmara Municipal apresentam 2 milhões de euros, portanto, temos aqui 1.400.000,00 euros. Sejamos claros. Vamos ver de onde é que vem isto, não é?

O Senhor Presidente apresenta 600.000,00 euros. O outro apresenta 2 milhões de euros, gostaria que se clarificasse esta situação, Senhor Presidente. É que não são 100,00 euros, 200,00 euros, 300,00 euros, 400,00 euros, é 1.400.000,00 euros de discrepância. Sejamos coerentes com a dívida que temos. São Fornecedores. São muitos deles Municipais desta terra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Tentámos e tentámos várias vezes nesta Assembleia dizer que tentaríamos pagar às pessoas do nosso Concelho, aos Fornecedores desta Câmara. Juntámos forças para que isso acontecesse. E, entretanto, aparecem-nos aqui 2 milhões de euros de dívida a Fornecedores. Gostava que esclarecesse, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Deputado. Mais alguém quer usar da palavra? Senhor Presidente, quer esclarecer as duas perguntas?

O Senhor Presidente da Câmara:

- O esclarecimento do prazo de pagamento a Fornecedores, mercê destas faturas em conferência, os Serviços da Câmara estão a cumprir, rigorosamente, o que determina a Lei relativamente a pagamentos a Fornecedores e como sabe, é no prazo de 60 dias após o mês da apresentação da respetiva fatura a ser conferida.

Relativamente à dívida, vou esclarecer o Senhor Deputado Rui Costa que é natural que em junho a dívida possa ser até 3 milhões de euros, ou 4 milhões de euros, ou 5 milhões de euros, sabe porquê?

Estão em curso, neste momento, 7 milhões de euros de investimento no Concelho de Nelas. Nunca foi feito tanto investimento no Concelho. Este ano têm que ser concluídas obras de valor superior a 5 milhões de euros, só este ano: o Sistema Intercetor, a ETAR, as ETAR,s todas, a reabilitação urbana, as Escolas, uma série de obras que estão a andar. E, portanto, o facto de se dever, no dia 31 de março, 2 milhões de euros, não quer dizer nada, rigorosamente nada. Está bem?

O que interessa é: o Passivo exigível ao Município, aumentou ou baixou? E tem, ou não, no prazo de vencimento das suas obrigações, o Município capacidade para honrar os compromissos que vai assumindo?

E, portanto, podia até ser uma dívida maior. Depende do volume de investimento, como numa empresa, depende do volume de negócio. Se uma empresa, num trimestre, tiver encomendas a dobrar, de certeza que tem compras a dobrar. Já tem a obrigação de pagar as contas a dobrar. Mas ainda não teve a receita porque recebe a 60, ou a 90 dias, do lado da receita. Portanto, isso não quer dizer nada. O facto de haver 2 milhões de euros de dívida em 31 de março não quer dizer nada.

Estão dados os esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra? Senhor Deputado Rui Costa faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

Queria questionar uma situação destes documentos que nos apresentou, do Relatório de Gestão da Câmara Municipal do ano de 2017 e diz assim: Ponto 3 – Apuramento do limite do endividamento e dívida bruta a 31/12/2016 – Nos termos do artigo 52.º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das Entidades Participadas, pelo Município não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada nos três exercícios anteriores, três exercícios anteriores.

Depois, no quadro seguinte e isso é que eu queria um esclarecimento da Câmara Municipal: Em 31/12/2017 aparece receita cobrada em 2015, 2016 e 2017. Ou seja, segundo a Lei são os três exercícios anteriores. Tinha que ser 2014, 2015 e 2016.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, algo se passa com este quadro, que dá cerca de 27.448.000,00 euros nos três últimos anos, mas os três últimos anos não se referem aos três últimos anos incluindo 2017. Terá que ser 2016, 2015 e 2014.

Eu gostava de ter este esclarecimento sobre isto porque a Lei diz uma coisa e aqui é apresentada outra. E 2017, e é óbvio que 2017 ainda não foram aprovadas as receitas correntes, como é óbvio, ainda não estão fechadas, penso eu. Não estão aprovadas, logo o legislador, na altura, esteve bem, os três anteriores, porque estavam decorrentes do ano em exercício.

Portanto, gostaria de saber se isto foi um erro, ou um lapso, etc.,

O Senhor Presidente da Câmara:

- Queria dizer que de fato houve a correção deste mapa. Não sei por que razão é que ele não chegou à Assembleia Municipal, mas houve a correção deste mapa. O endividamento que conta é de 2014, 2015 e 2016.

Não sei se tenho aqui o Resumo do Mapa de Endividamento, é a página 17. Foi alterado em reunião de Câmara e o efeito dessa alteração implica que a margem utilizável, portanto, o limite do endividamento é 13,3 milhões de euros, ou 13,4 milhões de euros, à volta disso. Não tenho aqui o mapa. Sei que esse mapa foi corrigido. Pensei que tivesse sido enviado.

A correção efetuada limita a margem utilizável. Veja lá se tem aí o mapa de endividamento do Município. Foi corrigido na reunião de Câmara e, portanto, a margem de 20% dava menos 15.000,00 euros do que os 497.000,00 euros que estão aqui referenciados. Está bem?

Mas este quadro, que é informação relativamente à capacidade de endividamento do Município. Tenho aqui a correção: 2015, 2016 e 2017, de facto, dava isto. Mas 2014, 2015 e 2016, que deve ser, portanto, 1,5 a receita corrente cobrada altera-se para a média da receita, em vez de 9.149.000,00 euros para 8.956.000,00 euros.

A receita média, porque é a receita corrente de 2014. A receita corrente de 2015 e a receita corrente de 2016. A média do mapa que têm diz: 9.149.646,00 euros e a média desses três anos, com essa correção, é: 8.900.956,00 euros. O que significa que o limite do endividamento é uma vez e meia 8.900.956,00 euros que dá 13.351.435,00 euros. Está bem, Rui? 13.351.435,00 euros. Estava aí corrigido nas Contas. Já está corrigido. Foi, na Câmara, corrigido, estou a dar esse esclarecimento.

O que interessa é que 1,5 é 13.351.435,00 euros, o que significa que o limite depois, o apuramento total da dívida com as participadas no Município, a dívida total em 31/12/2017, incluindo operações orçamentais, que está aí escrito no mapa, passa para 11.231.769,00 euros. O que significa que o limite do endividamento é 13.351.435,00 euros, o montante da dívida total do Município, incluindo participadas, em 31/12/2017 é 11.231.769,00 euros. Eu vou pedir para vos enviarem este mapa para corrigir o Relatório de Gestão.

A margem absoluta, a margem do endividamento para o limite do endividamento é 2.119.665,00 euros e a margem utilizável é 423.933,00 euros e não os 498.540,00 euros. Está bem? Há esta correção para fazer. Eu assumo o compromisso de enviar o mapa que, por lapso dos Serviços, não foi enviado. Foi feito este mapa. O mapa, porque é que foi feito?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Porque, entretanto, estão para Visto do Tribunal de Contas os empréstimos e para Visto do Tribunal de Contas já vai a previsão da receita corrente do ano de 2017 e, portanto, os Serviços deram este mapa. Eu, por acaso, não reparei nisso, que o Rui reparou bem, mas que foi devidamente corrigido.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Deputada Maria João, faz favor.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Só aqui uma dúvida ao Senhor Presidente da Assembleia.

Em relação a esta documentação, realmente, foi o Relatório que nos chegou, enfim, com este erro. Entretanto, também agradecer o envio atempado da documentação na medida em que, por exemplo, a Certificação Legal de Contas, chegou-nos uma minuta. E, só hoje, às 17,15 horas da tarde, é que chegou a Certificação Legal devidamente aprovada.

Por acaso, demos conta. Enfim, acho que são documentos que servem para preparar estas reuniões e nesse sentido agradecia, que chegasse então correctamente, como não foi aqui o caso e, de facto, com mais tempo de antecedência.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigada, Senhora Deputada.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu, relativamente a esta questão ainda, relativamente às Contas, queria, se o Senhor Presidente da Assembleia me permite e telegraficamente, dizer o seguinte: Que 2017 foi o ano em que a dívida da Câmara atingiu o valor pouco acima de 10 milhões de euros, quando em 2013 era de quase 16 milhões de euros, 15,3 milhões de euros, mais uns valores.

O ano de 2017 foi o ano em que foi suspenso o PAEL e reestruturação financeira decretados em final de 2012 e que obrigava a impostos e taxas máximas, proibição de empréstimos, ou contratação de Trabalhadores e apresentação de relatórios trimestrais à Direção Geral das Autarquias Locais.

2017 foi, pois, o ano em que a Câmara recuperou o bem maior de qualquer Comunidade com brio e valor constitucional consagrado, a sua total autonomia administrativa e financeira.

2017 foi o ano em que a Câmara pôde começar a resolver as suas carências de gestão de recursos humanos e estar em condições, agora, de regularizar situações de Trabalhadores precários que vinham de há muitos anos.

2017 foi o ano em que, sobretudo pelo mérito dos empresários, mas também com muito estímulo da Câmara Municipal e da Comunidade, o desemprego no Concelho atingiu o valor mais baixo de sempre. Com o indicador que temos, 900 desempregados aqui residentes inscritos no IEFP em 2013 e apenas 400 em dezembro, janeiro de 2017.

2017 foi o ano em que foi possível passar a taxa máxima de IMI de 0,45% do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos avaliados ao abrigo do Código do IMI, para o mínimo histórico de 0,30%. É o valor mais baixo, porque é o mínimo legal, é uma baixa de imposto de 33% e que Famílias e Empresas estão a sentir já neste mês de abril e ano de 2018, constituindo uma baixa de receita, como vimos aqui nas Contas, prevista de cerca de 800.000,00 euros, à cautela, com reflexo nas Contas de 2017.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2017 foi o ano em que a Câmara iniciou o maior volume de investimentos de sempre, que estão espelhados já na Execução Orçamental que está nas Contas, que estão em execução de mais de 7 milhões de euros, ETAR,s, Escolas, reabilitação urbana e garantiu ainda mais 13 milhões de euros de investimento para os próximos anos em matéria do Ciclo Urbano da Água, Zonas Industriais, etc.

E foi o ano, com estas Contas de 2017, em que, em 1 de outubro, o Povo se pronunciou, dando clara maioria ao Presidente de Câmara e ao Partido Socialista e em que o Povo também disse: Cá estaremos em 2021 para julgar os resultados do mandato de confiança, que nos atribuíram e que culminou no ano de 2017.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Quer usar da palavra? Senhor Deputado Rui Costa faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito obrigado, Senhor Presidente pelo esclarecimento.

Todos nós sabemos que em outubro esta Câmara foi eleita com maioria, com uma boa maioria e está em boas mãos para poder fazer o que quiser. Mas, de qualquer maneira, também existe uma Oposição e que são Oposição construtiva para tentar ajudar o Município.

Só não gosto é de ouvir certos números porque temos que ser verdadeiros com eles. Comentou que a dívida, em dezembro, seriam cerca de 10 milhões de euros. São 10.810.000,00 euros, cerca de 11 milhões de euros. Mas, se adicionarmos a isso a dívida a Fornecedores, mais 2 milhões de euros, irá para 12 milhões de euros.

Mas, como o Senhor Presidente disse: Não interessa, 2 milhões de euros, até podem ser 3 milhões de euros, 5 milhões de euros, etc. Portanto, se calhar, são mais do que isso.

Aceito que, realmente, em 2013 e que em cerca de 4, ou 5 reuniões por ano, sempre nos foi avivada a memória que em 2013 havia 14 milhões de euros de dívida. Mas será que em 2017, ou 2018, nos tempos que correm hoje, não teremos mais?

Esta Câmara, atualmente, pode ser apelidada, neste mês, como a Câmara do buraco porque, realmente, abre valas, mas não tapa. Será que paga aos Fornecedores para eles taparem?

Senhor Presidente, se calhar, pode-me aqui responder porque é que aquelas valas que foram abertas não estão tapadas? Será que não pagou à Embeiral e a outros Fornecedores da zona? Se calhar, a resposta é esta. É isto que devemos dizer aqui.

Os buracos estão feitos, não estão tapados porque o Senhor Presidente deve a essas empresas. E essas empresas não tapam os buracos porquê?

Porque em vez do Senhor Presidente pagar e ter 2 milhões de euros de dívida às empresas, às empresas que fazem, realmente, fazem, estão a executar obra no Concelho em prol de nós todos. Mas temos que lhe pagar para, taparem os buracos que fizeram. Porque é que não se paga, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se me permite, só um esclarecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faça favor, Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Câmara:

- As empresas Embeiral e Irmãos Almeida Cabral têm celebrado com um banco um contrato factoring, que presumo que o Senhor Membro da Assembleia Municipal saiba o que é, que lhes permite receber as faturas imediatamente e descontá-las nos bancos.

Portanto, a Câmara pode dever é ao banco esses 2 milhões de euros e não às empresas diretamente.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado Sousa faça favor.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Estas coisas das Contas são sempre um bocado complicadas porque, depois, cada um soma à sua maneira e subtrai à sua maneira e às vezes as coisas não são assim tão simples.

Essa coisa dos 2 milhões de euros de dívidas a Fornecedores e a Empreiteiros não entram na dívida pelos 2 milhões de euros. E eu vou-lhe explicar porquê.

A maioria dessas faturas são faturas de obras que são do PT 2020, ou do PO SEUR e de uma quantidade de coisas que são subsidiadas depois em 75%.

A dívida, neste momento, enquanto não está paga é de 2 milhões de euros. Depois de pagar aquilo vai para baixo e vem 1.500.000,00 euros, que são cerca de 75%.

Quando se reflete na dívida da Câmara só se refletem os 500.000,00 euros, não são os 2 milhões de euros, porque depois disso entra no sistema revolving e eu acho que já uma vez aqui expliquei isso, que é assim que acontece.

Por isso, não podemos estar a fazer esse tipo de análise, podemos fazê-lo, mas é demasiadamente superficial. Eu percebo que, politicamente, dá-lhe jeito.

Como o problema dos buracos, politicamente pode-lhe dar jeito o problema dos buracos, mas todos sabemos que a obra está entregue ao empreiteiro. Ninguém lá mexe enquanto o empreiteiro não acabar a obra e não há empreiteiro nenhum daqueles que anda a abrir buracos e que ande a tapá-los logo. Tapa-os logo, mas que ponha logo alcatrão, porque não vai trazer para cá viaturas com massas e não sei quê para pôr 10 metros de alcatrão todos os dias, quando está tudo e não tem nada a ver com pagamento.

Ninguém interfere naquela obra. A obra está entregue. A obra está entregue ao empreiteiro. E ele vai fazendo a obra conforme lhe interessa também a ele, porque a ele não lhe interessa ter aqui camião de massa todos os dias a tapar 10 metros porque só vem a massa quando tapar um quilómetro. A obra está entregue ao empreiteiro e ele tem que entregar naquele prazo concluída.

Agora, está bem, eu entendo. Não sei o prazo, mas há umas que são meio ano, um ano. Agora, eu não estou a discutir isso. Isso não sei, mas há prazos. É assim que funciona e nós sabemos e quem trabalha com empreiteiros sabe que é assim que funciona.

Eu entendo que isso é um salsifré que dá jeito. Mas estas obras trazem sempre esses incómodos.

- Deixem-me aqui dar a diferença entre factos e objetivos. E, relativamente e basta olhar para o tal mapazinho que está aqui na página 19, das dívidas, para vermos que a dívida mais alta, atinge o seu pico mais alto em outubro de 2013. E a dívida era, exatamente de quinze milhões trezentos e qualquer coisa mil euros. Estamos a falar da



dívida sem entidades participadas. A partir daí a dívida tem diminuído sempre. Uma vez mais rapidamente, outras vezes menos rapidamente.

O que é facto é que quando o PSD e o CDS estiveram na Câmara desde 2005 até 2013, se for ver a evolução da dívida e agora vou falar, principalmente da evolução da dívida a médio e longo prazo, o salto foi de 10 milhões de euros nos 8 anos. E desses 10 milhões de euros, se nós fizermos as contas, estamos a falar de obras estruturantes.

Eu não estou a dizer que o dinheiro, que o levaram para casa, não é nada disso. Estamos a falar de obras estruturantes e se analisarmos o que foi feito durante esses 8 anos de obras estruturantes, já para não falar daquilo que não trataram, que deixaram abandonado, estou a falar do que, efetivamente, foi feito, temos um valor, vou já terminar, temos que desses 10 milhões de euros que se endividaram, ou mais, na banca, a obra estruturante que fizeram deve andar por volta dos 3 milhões de euros.

O que o PS propõe fazer neste momento é, pedindo um empréstimo de 3 milhões de euros, fazer obra de cerca de 10 milhões de euros. É, exatamente, o contrário.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente, se me permite, só um esclarecimento porque vi que um Membro da Assembleia Municipal que queria imputar a questão da falta de tapar os buracos à falta de pagamentos a Fornecedores, explicar-lhe que um contrato de factoring é um contrato que é feito entre uma qualquer empresa, neste caso a Embeiral, ou os Irmãos Almeida Cabral, que foram ao banco, têm um plafond para descontar, uma conta corrente para descontar diretamente as faturas que lhe são pagas no banco e é o que está a suceder, se a Câmara aceitar que esses montantes depois lhe sejam debitados à Câmara.

Portanto, não há, para que toda a gente perceba, nenhuma responsabilidade da falta de pagamento na questão da pavimentação das estradas, sem prejuízo de, eu sou a primeira pessoa a estar desconfortável com o estado em que a estrada está. Está bem? E, portanto, não há dia nenhum em que não insista com o empreiteiro, com os empreiteiros, com os Serviços, com os Técnicos, com o Senhor Vereador Dr. Fernando Silvério, com toda a gente, que a situação tem que evoluir rapidamente e é esse compromisso que eu deixo.

Eu sou a primeira pessoa a estar incomodada e a concordar que, materialmente, substancialmente a questão não está bem e tem que ser corrigida.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Rui Costa. Agradecia que fosse a última intervenção.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, concordo plenamente consigo e aceito que, realmente, essas resoluções bancárias possam ser executadas.

De qualquer forma é assim: há uma inspeção, há uma fiscalização na Câmara e, de certeza, que no protocolo existem. Existem alíneas onde se possa executar e obrigar o empreiteiro a executar a obra.

Senhor Presidente, se necessitar da Assembleia e com reforço aqui, para tentar que o empreiteiro possa executar, estamos aqui abertos para isso. Agora, só espero que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

realmente, os Serviços e as alíneas do contrato que fez com as empresas, que os accione para que, realmente, as coisas sofram influência.

Comentar ainda que, nesses anos foram feitas obras estruturantes no Concelho, como os Bombeiros, como o Centro Escolar, etc., etc.

O Senhor Deputado António Sousa:

- A obra dos Bombeiros não é da Câmara, é dos Bombeiros. A Câmara também participou na obra da Santa Casa da Misericórdia de Santar.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Participação da Câmara Municipal. De qualquer maneira, não vi aqui, obras estruturantes neste mandato a não ser, realmente, as ETAR,s que trazem, realmente, é óbvio que são necessárias, que são necessárias, Senhor Deputado, são necessárias, mas, de qualquer maneira, não são necessárias se não resolvermos o problema dos habitantes deste Concelho e das pessoas que querem vir para aqui e que têm as estradas que têm e que me dizem a mim, alguns visitantes, a mim e a várias pessoas e dizem: É pá, viver aqui é impossível.

Portanto, sejamos também claros com isso. Temos que fazer obra, temos sim, senhor. Mas temos que também demonstrar e cativar para que as pessoas se fixem aqui. E não é desta forma. Não é desta forma Senhor Deputado. Não é.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- O Senhor Presidente já fez uma introdução várias vezes sobre os temas, sobre o que fez no mandato, a consolidação. O Senhor Deputado Rui Costa também já interveio, acho eu com alguns erros de procedimento contratual muito graves, mas isso é para outra conversa e, se calhar, o Senhor Presidente depois também o pode ajudar a explicar algumas coisas.

Mas eu pedia que atalhássemos caminho porque, de facto, há aqui informação muito minuciosa, que quase dava para uma Comissão, só para verificarmos como é que está a Execução.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Ora, não estando mais ninguém inscrito, no ponto 2.2 – Aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2017 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, passamos à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Nove abstenções e 16 votos a favor.

. Abstiveram-se os Senhores Deputados do PSD, do CDS e MCCD. Minuta, faz favor

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Aprovação dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2017 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 0 votos contra e 9 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.3 – Aprovação da Revisão ao Orçamento Municipal n.º 1 e às Grandes Opções do Plano, n.º 1, do ano de 2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Quem quer usar da palavra neste ponto? Senhor Presidente, quer intervir? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente, se me permite, só uma explicação telegráfica, o mais possível.

Portanto, isto é para introduzir o Saldo da Gerência, da Conta de Gerência que foi acabada de aprovar, 275.250,96 euros, na Execução Orçamental de 2018. Aproveitar o ensejo também que, além desta receita há uma outra receita de 120.000,00 euros, que resulta da celebração de um protocolo com a APA no sentido de requalificar as linhas de água afetadas pelos incêndios, no valor de 120.000,00 euros. Portanto, está nas GOP,s esse reforço de verbas.

E, portanto, no Saldo Orçamental foi colocado o valor de 120.000,00 euros em Reforço de encargos com instalações de eletricidade e em Iluminação pública, como podem ver também nas GOP,s.

E foi introduzido ainda um novo projeto em que a Câmara está em parceria com diversas entidades, entre elas a Fundação Lapa do Lobo, que é realizar em julho a Lapa do Lobo Aldeia Cultural e, portanto, foi dotado com o valor de 5.250,00 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Quem quer usar a palavra neste ponto? Faça favor de usar a palavra Senhora Deputada Maria João.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Era só um melhor esclarecimento, por favor, em relação ao que é que é, efetivamente a Aldeia Cultural. E em relação à Iluminação pública, também o quê, exatamente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Mais alguém quer fazer alguma intervenção? Ora, se não, Senhor Presidente, quer responder às perguntas da Senhora Deputada Maria João.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Quero. Eu, se me permite, pedia para a Senhora Vice-Presidente esclarecer esta questão da Lapa do Lobo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Vice-Presidente faça favor. Pedia-lhe para ser sucinta, o mais possível.

A Senhora Vice-Presidente da Câmara:

- Boa noite a todos.

O projeto Lapa do Lobo Aldeia Cultural é um projeto que já algum tempo está a ser maturado entre a Câmara Municipal de Nelas, a Fundação Lapa do Lobo, as Associações Culturais sediadas na Lapa do Lobo, das quais destaco, naturalmente, a Escola de Artes, dinamizada pela Associação Cultural Contracanto e a Associação Cultural e Recreativa Lapense.

Já depois de duas reuniões, do Turismo de Portugal, identificaram a oportunidade de se criar o destino turístico Aldeia Cultural, não só com a atividade que já decorre 365 dias do ano naquela Aldeia do Interior de País, que se destaca por essa dinâmica cultural.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dentro deste destino turístico, é por todos considerado interessante e oportuna a realização de um Festival Criativo. Um Festival Criativo que vai ser desenvolvido durante 3 dias, com dinâmicas locais, com as Associações Locais, para o qual está a ser feita uma programação da responsabilidade da Fundação Lapa do Lobo, particularmente do Dr. Rui Fonte, com todos os parceiros que eu referi, já envolvidos nesse planeamento.

Queremos que a Lapa do Lobo faça parte de um Plano Anual de Grandes Eventos do Concelho de Nelas, com esse grande evento anual desse Festival Criativo, que será sempre no terceiro fim-de-semana de julho, de forma a podermos, até ao final do ano, elaborarmos a candidatura ao Turismo de Portugal na linha de Valorização do Interior, Projetos de Sustentabilidade, projetos esses que permitem, durante dois anos, desenvolvermos esse destino turístico de uma Aldeia Cultural do Interior do País, identificadas todas as potencialidades para esse efeito.

Como se trata de um evento, de um grande evento anual, em termos orçamentais, ele tem que estar inscrito nas GOP,s e como tal, essa rubrica não existia no início do ano, ou quando aprovámos o Orçamento deste ano e ao ter que inscrever nas GOP,s é sujeito a uma Revisão Orçamental para esse efeito e é dotado de um valor que, neste momento, a Câmara Municipal se comprometeu, com um conjunto de parceiros, de 5.000,00 euros, exclusivamente, ou essencialmente, para apoiar as despesas de comunicação e promoção a nível nacional deste evento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Vice-Presidente. Quem quer usar da palavra? Se ninguém quer usar da palavra, vou pôr à votação o ponto 2.3 - Aprovação da Revisão ao Orçamento Municipal n.º 1 e às Grandes Opções do Plano, n.º 1, do ano de 2018 e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Sete abstenções e 18 votos a favor.

Minuta. As abstenções foram do CDS, foi o Senhor Deputado André Carvalho e foi a Senhora Deputada Marta Temudo.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Aprovação da Revisão ao Orçamento Municipal n.º 1 e às Grandes Opções do Plano, n.º 1, do ano de 2018, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 18 votos a favor, 0 votos contra e 7 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.4 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Se ninguém, vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Oito abstenções e 17 votos a favor.

Abstiveram-se: Do CDS, o Senhor Deputado André Carvalho, a Senhora Deputada Marta Temudo e a Senhora Deputada Maria João Ribeiro.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 – Autorização prévia da Assembleia Municipal de Nelas, para assunção de compromissos plurianuais, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 17 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.5, que tem o ponto 2.5.1 e 2.5.2.

Ponto 2.5 - PREVPAP – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública – Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro. O ponto 2.5.1 - Informação dos Serviços de Recursos Humanos e Saúde - Reconhecimento das necessidades permanentes dos Serviços da Autarquia.

Quem é que quer usar da palavra neste ponto? Ninguém. Vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.5.2 - Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018. Quem quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Rui Costa faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

Neste ponto 2.5. 2 – Aprovação do Mapa de Pessoal, eu só queria perguntar: o Mapa de Pessoal que nos foi entregue para aprovação, aqui no total de postos de trabalho tem 104. Eu queria perguntar, porque se a memória não me falha, há 4 meses atrás, em dezembro de 2017, foi aqui apresentado um Mapa de Pessoal com 87 pessoas, dos quais nós já discordávamos porque, realmente, não havia substância e argumentação política e de Serviços para essas 87 pessoas e agora apresentam-nos aqui, como se nada fosse feito, 104.

O que é que mudou? Eu gostava de saber e ser esclarecido o que é que se passa, de há 4 meses a esta parte, para se aumentarem cerca de 20, 17 pessoas, mais concretamente, neste Mapa de Pessoal. É só para esclarecer também porque, realmente, nós estamos atentos e gostávamos de ser esclarecidos, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente, quer usar a palavra? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Pronto, em primeiro lugar, manifestar o meu regozijo por podermos estar a discutir o Mapa de Pessoal e a possibilidade de a Câmara contratar Trabalhadores, coisa que durante 4 anos, como Presidente de Câmara não foi possível.

Em segundo, o Mapa de Pessoal não quer dizer, como aliás resulta do próprio Mapa, o número de Trabalhadores total que a Câmara vai ter naquele ano em que aprovou o Mapa de Pessoal. Tem é uma previsão de lugares que pode ocupar, ocasionalmente até contratos a termo certo para fazer face a necessidades ocasionais de serviço e, portanto, pode preencher o Mapa de Pessoal, ou não preencher o Mapa de Pessoal. Nunca o Mapa de Pessoal da Câmara, que eu me lembre, teve os lugares todos preenchidos, bem pelo contrário, está sempre ali a $\frac{2}{3}$ do preenchimento do Mapa.

Portanto, com esta introdução, que o Mapa de Quadro de Pessoal é um Quadro de flexibilidade para a gestão interna da Câmara Municipal, temos que considerar isso. Considerar por outro lado que, a Câmara deliberou, nós propusemos, fizemos um estudo. Isto implica a integração de Precários de acordo com esta Lei n.º 112/2017, que implicava, por um lado, a definição daquilo que consideramos as necessidades permanentes dos Serviços, e integrar, por essa via, através de concurso público, que vai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ser aberto, trabalhadores que têm preferência no preenchimento do Quadro aqueles que estão numa situação de precariedade, de acordo com a Lei, com esta Lei, e que se podem opor ao concurso a que outras pessoas entrem em detrimento delas se cumprirem os requisitos que estão previstos naquela Lei e, por outro lado, não excluimos também e, isso também está refletido com o pormenor que a Senhora Vice-Presidente, que acompanhou mais esta questão, pode esclarecer e, vamos, por essa via, por opção ponderada das necessidades de serviço e também levando em conta a capacidade financeira do Município e a estruturalização desta despesa de custos com o Pessoal, que não mais pode ser baixada, ou tem grande dificuldade em ser mexida, considerámos nas análises que fizemos, do ponto de vista económico-financeiro, que podemos integrar 18 postos de trabalho de prestadores de serviços da Câmara, muitos deles há muitos anos a prestar serviço na Câmara em situação precária e também 31 postos de trabalho de Contratos de Emprego e Inserção, que passaram no Município nas áreas que estão também aí referenciadas e que são áreas, como veem, absolutamente, essenciais para garantir a qualidade do funcionamento da Câmara, que é para isso também que estamos lá.

E, portanto, sobretudo destaco a questão da estabilidade na área da Educação, em que se vive grande instabilidade, onde circulam mais os POC,s e os CEI,s Patrimónios e também nas Obras, com a necessidade de reforço. Tem-se reformado muita gente no Setor das Obras.

E, portanto, isto implica que, grosso modo, para terem uma ideia também, está aí nas Contas, 2,8 milhões de euros de custos com o Pessoal, é o que está na Conta, estabilizado do ano passado para este ano. Mas, nos custos com o Pessoal há muitos, relativamente a POC,s e a prestadores de serviços, que não estão nessa rubrica. Portanto, isso constitui à volta de mais 400.000,00 euros, prestadores de serviços e CEI,s Patrimónios, POC,s.

E, portanto, temos, neste momento, um custo com Colaboradores, lato senso, de 3,2 milhões de euros e a Câmara, com a integração destes 49 Precários no Quadro, previsivelmente, num ano completo como o de 2019, terá um custo com Pessoal à volta dos 3,8 milhões de euros, agravando a questão, naturalmente, e também foi ponderado, que este ano, além das necessidades permanentes do Serviço e do número de Trabalhadores a integrar, houve descongelamento de carreiras e, portanto, também há actualizações salariais que têm que ser feitas e ajustamentos.

Por outro lado, não excluimos a possibilidade de, porque temos essa possibilidade em termos da gestão da Câmara, de ainda para outras situações de precariedade e para outras necessidades que venham a ser consideradas importantes por parte do Município, de lançar mão à abertura de concursos para determinadas funções dentro da Câmara Municipal. Portanto, isso é uma liberdade que a autonomia administrativa e financeira da Câmara permite neste momento.

Gostaríamos também, neste período, no âmbito do ajustamento do Quadro do Pessoal, de fazer aquilo que foi sempre nossa intenção e já transmiti na Câmara e transmito à Assembleia Municipal, nós gostaríamos de concretizar na Câmara Municipal, uma política de colocação no Quadro de Pessoal, e por isso as 5 Chefias intermédias que estão previstas no Mapa de Quadro de Pessoal, gostaríamos de ter um Quadro de Pessoal na Câmara Municipal, em que as pessoas que têm mais responsabilidade e que estão mais capacitadas tenham uma melhor posição, quer no



Quadro de Pessoal, quer em termos remuneratórios, coisa que nunca foi feita na Câmara, ou que raramente foi feita na Câmara e não sei se alguma vez foi feita na Câmara Municipal. Portanto, só, salvo a exceção que me recorda aqui a Senhora Vice-Presidente, Dr.^a Sofia Relvas, que eu recordo e que era Chefe de Serviços, era o Senhor Eng.^o Luís de Almeida, mas todos os anos passo eu, como Presidente de Câmara, um documento de exercício interino de funções, de responsável administrativo e financeiro, responsável do planeamento, temos que ter essa possibilidade de fazer esse ajustamento,

Na nossa perspetiva está também uma outra situação de precariedade relativamente ao Setor da Educação e do Desporto porque, por serem contratos a termo certo, não se encaixam, em termos legais, nesta situação desta legislação da precariedade e que estamos a prever e a estudar a possibilidade e, já falámos também com os Trabalhadores no sentido de minorar a precariedade e fazê-lo lá a partir de agosto, setembro, deste ano. Portanto, sempre dentro desta preocupação de ajustar o Quadro de Pessoal às necessidades, mas também às possibilidades do Orçamento Municipal porque o risco, a receita da Câmara não estica, bem pelo contrário, agora diminui com a questão do IMI. E não podemos gerar mais receita. Não temos grande liberdade para gerar mais receita. Mas temos toda a liberdade do mundo para gerar a despesa toda que quisermos, inclusivé, nesta Lei do Orçamento do Estado nem limitação do aumento de despesa com Pessoal há.

Portanto, temos que ser muito cautelosos para fazer este equilíbrio entre o desagravamento fiscal em benefício das empresas e das famílias, mas também dotar o Quadro de Pessoal que permite fazer investimentos e sobretudo manutenção. Manutenção das infraestruturas públicas, e além disso, e por isso é que eu expliquei esta quadratura toda, é inevitável, é impossível fazer isto tudo e garantir 20 milhões de euros de investimento sem recorrer à capacidade de endividamento da Câmara, é impossível, é uma impossibilidade.

E, por isso, esta explicação também, Senhor Deputado Rui Costa, relativamente ao Mapa de Quadro de Pessoal. Não quer dizer que a Câmara, além dos 49 e de mais meia dúzia, ou 10, que pode contratar para situações específicas ainda que em precariedade na área do Desporto, ou da Educação, que chegue ao fim do ano com mais 50, ou 100, porque era, absolutamente, uma irresponsabilidade e a Câmara não tinha capacidade financeira para suportar isso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Deputado Rui faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, obrigado pela explicação.

É óbvio que o nosso Partido também tem preocupações, realmente, com os Precários e é óbvio que nestas alturas deveremos tentar amenizar e tentar dar mais estabilidade às pessoas que trabalham na nossa Autarquia. Portanto, eu só lhe perguntava o porquê de termos em dezembro uma coisa, outra agora.

É óbvio que nós sabemos muito bem que muitas vezes temos que ter lugares abertos para um Coveiro, etc., etc., como alguém já disse noutras alturas, mas, de qualquer forma, preocupa-nos esta situação porque, realmente, é o erário público que está em causa e como o Senhor disse e bem, tentou recuperar dívida e nós também estamos aqui para que agora não desperdice, realmente, a dívida. É só isso que eu quero aqui referir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Depois, realmente, o ajustamento, as chefias e tudo isso. Eu só espero é que nesta sala não haja chefias a votar no Mapa em qual elas são incluídas, que é votarem em causa própria.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente, relativamente a isto, só uma frase.

Nos termos da Lei, as chefias são providas mediante um concurso público.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais ninguém está inscrito. Passamos à votação do ponto 2.5.2 - Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018 e pergunto: Quem vota contra? Sete votos contra. Quem se abstém? Uma abstenção. E, portanto, 17 votos a favor. Portanto, votaram contra: o CDS, com exceção do Senhor Deputado António Luís e votaram contra também os três Elementos do PSD.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5.2 – Aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2018, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 17 votos a favor, 7 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.6 - Proposta de moção de apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, enviada pelo Município de Vila Real - Discussão e deliberação.

Alguém quer usar a palavra neste ponto, nesta moção? Se não, vou pô-la à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Proposta de moção de apoio ao “Movimento Pelo Interior – em nome da coesão”, enviada pelo Município de Vila Real - Discussão e deliberação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 2.7 – Contrato de Consórcio – PROVERE “Valorização das Estâncias Termiais da Região Centro” – 2.ª Fase – Aprovação.

Quem quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Manuel Henriques faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente.

Eu pretendia só da parte do Senhor Presidente de Câmara a clarificação sobre quais são as responsabilidades efectivas e os compromissos que o Município assume aqui, que reconheço, não consegui estudar exaustivamente fruto da catadupa de documentos que me chegaram nos últimos dias, mas o Senhor Presidente poderá explicar o teor, o essencial, o sumário executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Presidente faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Portanto, foi constituído, existe um PROVERE para um produto específico, que acho que até quer dizer, este quíronomo quer dizer isso mesmo, para valorização das Estâncias Termas da Região Centro e esta é a 2.ª fase neste Quadro Comunitário.

Houve uma 1.ª fase, que era uma fase mais infraestrutural, que beneficiaram muitos Municípios e a que a Câmara de Nelas não aderiu no QREN e fazia apenas parte do Consórcio a Companhia das Águas Medicinais das Termas da Felgueira, razão pela qual não houve, certamente por isso, ocasião de, ao abrigo desse PROVERE, ter sido feito qualquer investimento infraestrutural nas Caldas da Felgueira.

Entretanto, a 2.ª fase é a concretização dessa 1.ª fase e que era, depois de melhorar os aspetos infraestruturais, de mobilidade, de acessibilidades, etc., é agora animar e promover aquilo para que se investiu o dinheiro da 1.ª fase.

E, acho que é, essencialmente, isso que está aqui em causa neste Contrato de Consórcio, em que, salvo o erro, a comparticipação da Câmara são 7.000,00 euros e que passa por iniciativas como uma que já foi realizada nas Caldas da Felgueira, acho que o Senhor Dr. também lá estava. Foi realizado também um Congresso Médico.

E, portanto, trata-se de uma série de iniciativas, ligadas às Termas, com todos estes Promotores que estão aqui identificados, de facto, de valorizar este produto em que a Região CIM Viseu Dão Lafões com as Termas, particularmente, de São Pedro do Sul, de Caldas da Felgueira, que são as segundas mais frequentadas, mas também depois outras, Sangemil, Carvalhal, ao pé de Castro Daire e outras, temos 45% de oferta termal do País e, portanto, nós, Câmara Municipal e só vem aqui nesta altura porque acho que também houve, inicialmente, achava-se que não era necessário, depois foram pedidos esclarecimentos e chegou-se à conclusão que tinha que vir à Câmara e à Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais algum esclarecimento a alguém? Ora, se mais ninguém quer nenhum esclarecimento, vou pôr à votação o ponto 2.7 - Contrato de Consórcio – PROVERE “Valorização das Estâncias Termas da Região Centro” – 2.ª Fase – Aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Contrato de Consórcio – PROVERE “Valorização das Estâncias Termas da Região Centro” – 2.ª Fase – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.8 e último da Ordem de Trabalhos, que é: Adesão do Município de Nelas à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).

Portanto, a Associação Nacional de Assembleias Municipais foi um Órgão que foi criado no ano passado. Já no passado fizeram contactos com as Assembleias Municipais para aderirem à Organização. Estávamos no último ano do mandato, achámos que não valia a pena estarmos a entrar, até porque não sabíamos o que é que ia dar.

Vários Municípios aderiram e, portanto, em 3 de março fizeram uma segunda reunião, em Lisboa e mantém-se a proposta de criar uma Associação Nacional de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Assembleias Municipais com o objetivo de valorizar, no fundo, o papel das Assembleias Municipais dentro dos Municípios que, temos que admitir, nalguns casos, estão um bocado diluídas nas funções do Município e não deveriam estar uma vez que a Assembleia Municipal é um Órgão fiscalizador da atividade da Câmara.

Nesse sentido, voltaram a reformular o pedido a todas as Assembleias Municipais para aderirem a esta Associação e marcaram um primeiro Congresso para 19 de maio.

Portanto, essa proposta também foi à Câmara. A Câmara aprovou por unanimidade na última reunião e o que eu proponho à Assembleia Municipal é que aprove a adesão do Município de Nelas à Associação Nacional de Assembleias Municipais.

Alguém quer algum esclarecimento mais? Têm a documentação toda que eles mandaram. Então, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 – Adesão do Município de Nelas à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Chegámos, assim, ao fim do Período da Ordem do Dia e declaro aberto o Período do Público. Pergunto, se alguém se quer inscrever. Senhor Arlindo, Senhor Roberto. Mais alguém? Senhor José Abrantes. Mais alguém?

Portanto, só lembrar que a intervenção do Público se resume a pedir esclarecimento, ou apresentação de sugestões e não se pode pronunciar sobre nada que tenha sido tratado nesta Assembleia, nem apoiar, nem reprovar qualquer intervenção de qualquer Membro, ou da própria Assembleia. O primeiro a inscrever-se foi o Senhor Arlindo, faça favor de usar a palavra. Portanto, tem 5 minutos.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Secretárias,
Senhores Vereadores,

Estimados Público e não só, não esquecendo todos os Senhores Deputados aqui presentes.

Eu não vou demorar 5 minutos, mas, além de não demorar 5 minutos, gostaria de roubar 14 segundos, sem provocar ninguém, mantendo a civilização que se mostrou nesta Assembleia, queria só dizer o seguinte:

Louvar a nobreza e a humildade demonstrada ontem na reunião da Câmara pelo Senhor Presidente da Câmara, que teve a humildade pedir desculpa a todos os presentes por algumas palavras azedas que aconteceram nessa reunião.

Agora, sim, sobre o IMI, todos nós sabemos que esta Câmara e não só, com os apoiantes Vereadores, baixou-se o IMI de 0.45 para 0.30. Acho que na minha opinião foi uma audácia muito grande porque, parece que não, entram nos cofres da Câmara menos, pelo menos, 600.000,00 euros/ano.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas se entram 600.000,00 euros a menos, será que a Câmara também podia ser sensível aos problemas, às desgraças que aconteceram em outubro e isentar, ou pelo menos, diminuir o IMI? Porque aquelas pessoas, que perderam as suas casas, vão pagar IMI? Porque aquelas pessoas que têm matas, arderam os pinheiros, propriedades que podiam valer, por exemplo, 100.000, passaram, sem pinheiros, a valer 10.000, vão pagar IMI na mesma? Será que não havia uma sensibilidade da Câmara em si isentar, ou pelo menos, diminuir esse IMI? Isto é uma sugestão.

Sobre os parques infantis já não vou falar hoje porque já foi falado aqui. Vou falar no da Felgueira que já está fechado há cerca de 2 anos. Vou falar num possível parque infantil para Canas de Senhorim, já se sugeri que o mesmo fosse construído em frente à sede da Junta de Freguesia, que tem lá espaço, porque Canas de Senhorim não tem um jardim infantil para as nossas crianças.

Sobre aquilo que nós dizemos aqui, há obras que este Concelho terá que fazer, esta Câmara mais propriamente, eu poder-vos-ei mostrar a todos vós aqui presentes um caderno de encargos, não foi feito por mim, foi feito pelo Senhor Presidente da Câmara, há 4 anos atrás, com promessas eleitorais e eu gostaria de saber quando é que algumas dessas obras são feitas.

Se me disserem a mim e sou capaz de acreditar, apesar de ser um homem de pouca fé, que não tem dinheiro para fazer as obras, eu aceito, porque todos nós sabemos que o dinheiro não nasce. Com a redução de IMI e de alguns impostos, o dinheiro é escasso.

Mas, uma coisa é certa, nós, que há 4 anos criticámos o Governo do PSD, Governo Local, do PSD e CDS, por ter muita gente, nomeadamente, posso chamar os nomes, costuma ser, os bois pelos seus nomes, nós criticamos e foi defendido em campanhas eleitorais que havia gente a mais na Câmara, de Vereadores a mais, e hoje estamos a fazer o mesmo? Que critério é o nosso? Esse dinheiro não poderia ser para as obras necessitadas? Existem esgotos a céu aberto em Nelas, já não falo nas outras povoações, será que esse dinheiro não podia ser aproveitado para essas obras? Porque nós não podemos criticar os outros e fazemos o mesmo. Isto é a minha opinião.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Agradecia-lhe que fosse terminando. Terminou o tempo mas pode prosseguir.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Quero ver se acabo mesmo. Portanto, este caderno de encargos, como toda a gente sabe, prevê muitas obras que estavam em cerca de 19 milhões de euros, para 2016/2017, portanto, já estamos em 2018. O que é que se fez? Fez-se a ETAR de Canas de Senhorim. Está-se a construir uma grande ETAR de Nelas, que é necessária mesmo, para resolver os problemas ambientais do nosso Concelho, nomeadamente, de Nelas. Evidentemente, nós sabemos que, se não se faz mais, continuo a bater no mesmo, não há dinheiro, nós sabemos que não há dinheiro.

Há coisa de 15 dias atrás havia um subsídio e digo aqui o nome a quem é, mais uma vez, à Casa do Pessoal das Minas, de 3.000,00 euros, que não estão a ser pagos ainda, do ano passado.

Agora, gostaria de fazer a seguinte pergunta ao Senhor Presidente, se calhar não tem dados, é possível que não tenha, mas se estes 3,3 milhões de euros se serão o suficiente para o ano de 2018, ou será que teremos que pedir mais?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Gostava de saber o seguinte: Há, ou não há dinheiro para construção de cemitérios, que foram prometidos há 4 anos? Construção de cemitérios, ou alargamento dos mesmos. Há, ou não há dinheiro para fazer as ETAR,s, conforme prometidas há 4 anos? Só foi feita, conforme disse, a de Canas de Senhorim e está a ser construída a Grande ETAR de Nelas. Tinha aqui mais questões, mas acho que não devo falar.

Só queria, para acabar mesmo, como vê, tenho aqui mais, mas não vou falar. Queria um pequeno esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara. Falou-se aqui e bem, que vamos ter a possibilidade, ou melhor, a Câmara vai ter possibilidades de meter novos Trabalhadores, mas uma coisa é certa, baixou-se o IMI, também é verdade, mas baixou-se o IMI, apesar do esforço desta Câmara, sim senhora, também fez esforço para isso, mas não se baixou o IMI pelos lindos olhos, foi o Senhor António Costa é que decretou uma Lei a suspender o PAEL. Não está pago. Está suspenso.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Arlindo. Já falou por hoje e pela próxima. Ora, Senhor Roberto, faça favor. As considerações que fiz para o Senhor Arlindo repetem-se para cada um de vocês, portanto, 5 minutos. Agradecia que não ultrapassasse como ele fez. Está bem?

O Senhor Roberto Carlos Brito Loureiro:

- Eu, é rápido, Senhor Presidente.

Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia,

O Senhor Presidente da Câmara,

A Senhora Vice-Presidente,

Membros da Mesa,

Senhores Deputados,

Presentes.

Começo por manifestar algum desagrado quando se discute aqui o problema que foi repetido, ou não, no discurso do 25 de Abril, quando não vejo ninguém preocupado em que não houve um momento musical na Assembleia Comemorativa do 25 de Abril.

Depois, com muito desagrado e penso que é partilhado pelo meu Autarca, que no desfile que foi feito pelas Bandas, eram 120 Músicos, eu estou um bocado nervoso porque me revolta determinadas coisas, eram 120 Músicos e nenhum dos Senhores aqui presentes, quer na Mesa, que os Senhores Deputados, tiveram o cuidado de estar presentes junto dos Maestros e dos Presidentes das Bandas. Acho que é de muito mau tom terem manifestado total, desrespeito. Estiveram, sim, depois, nos Concertos e agradeço quem esteve presente e estou a olhar para alguns, inclusivé, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Dr. Fernando, o Senhor Vereador Aires, o Senhor Presidente da Assembleia, a Senhora Secretária também e escuso de estar a enumerar, a dizer os nomes de toda a gente que esteve presente.

Mas é pena que haja tanta diferença entre a Arruada do ano passado das Bandas, em Santar e a Arruada deste ano em Carvalhal Redondo. Acho que merecíamos a mesma dignidade que penso que partilho, estou sempre a pôr aqui as palavras na boca do meu Autarca, mas acho que ele partilha comigo dessa situação.

Depois, falou-se aqui do Quadro do Pessoal. O Quadro do Pessoal, vocês conhecem-no melhor que eu. Não posso falar? Mas fica a minha intenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Caso contrário. Era só mesmo isto.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Roberto. Senhor José Abrantes, faça favor.

O Senhor José Abrantes:

- Muito boa noite a todos e a todas.

Eu vou ser mais breve, acho que vou ser o mais breve de todos.

Também não me vou pronunciar acerca daquilo que foi aqui falado hoje. Ficará para uma próxima oportunidade.

Venho só dizer algo que não é uma crítica, é apenas uma ironia, que também tem que ver com, lembrei-me disso a propósito de falarem nos discursos políticos, ou não políticos, na Sessão Solene do 25 de Abril e lembrei-me que na Sessão Solene do 25 de Abril, que estamos a comemorar a liberdade, estamos a comemorar aquele que é quem mais ordena, que é o Povo, e salvo o erro, nesse dia não houve Período de Intervenção do Público.

Era só isso. Boa noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Boa noite.

Ora, mais ninguém está inscrito. Portanto, dou por encerrada esta sessão.

Muito obrigado. Muito boa noite. Muito bom fim-de-semana e bom 1.º de Maio.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: